



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO OFICIAL

## SEÇÃO I — PARTE II

DECRETO N.º 46.237 — DE 18 JUNHO DE 1959

ANO XX — N.º 47

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 1979

## MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

PORTARIA Nº 22 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1979

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, usando da prerrogativa que lhe concede o artigo 14 do Decreto-lei n.º 512, de 21 de março de 1969, combinado com o artigo 61, inciso XVI, do Regimento aprovado pela Portaria n.º 36, de 13 de janeiro de 1975, do Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, e o constante do processo administrativo n.º 37.241/67, RESOLVE retificar aditando a Portaria nº 141/DES datada de 31 de agosto de 1978 que renova o ato declaratório de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, onde se "lê": uma área de terras medindo .... 6.270,25m<sup>2</sup>, "LEIA-SE": uma área de terras medindo ..... 7.838,25m<sup>2</sup> e benfeitorias porventura nela encontradas abrangida pela faixa de domínio (IRREGULAR) da rodovia .. BR/ 262, no trecho BR/ 262 C/MG-7 JUATUBA - BETIM, entre as estacas 254 + 2,00 - 259 + 1,00, no Município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais, propriedade atribuída a JOÃO BOSCO BICALHO e sua MULHER, conforme plantas que se encontram depositadas no Arquivo Técnico da Divisão de Estudos e Projetos do DNER.

ADHEMAR RIBEIRO DA SILVA

PORTARIA Nº 23 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1979

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, usando da prerrogativa que lhe concede o artigo 14 do Decreto-lei n.º 512, de 21 de março de 1969, combinado com o artigo 61, inciso XVI, do Regimento aprovado pela Portaria n.º 36, de 13 de janeiro de 1975, do Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, e o constante do processo administrativo n.º 321.070/73, RESOLVE renovar o ato declaratório de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, de uma área de terras medindo 993,75m<sup>2</sup> e benfeitorias porventura nela encontradas, abrangida pela faixa de domínio da Rodovia BR/101, trecho RIO BONITO - TANGUÁ, entre as estacas 514 + 17,00 - 518 + 9,00 no Município de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, propriedade atribuída a RODOLPHO LOPES ESTRELA, conforme plantas que se encontram depositadas no Arquivo Técnico da Divisão de Estudos e Projetos do D.N.E.R.

ADHEMAR RIBEIRO DA SILVA

Diretoria do Planejamento

PORTARIA DE 12 DE FEVEREIRO DE 1979

O Diretor de Planejamento, usando de competência delegada, consoante o disposto na Portaria número 1.236, de 8 de julho de 1971, resolve:

Nº 29 — Aprovar a nova delimitação da faixa de domínio, que passará a ter 90m. de largura, da Rodovia BR 343-PI, trechos Altos — Teresinha subtrecho de acesso a Teresina, segmento compreendido entre a estaca 25 -/ 10 e a estaca 42 + 2 conforme parecer técnico da Divisão de Estudos e Projetos exarado nas fls. 3 — v do Processo DNER número 3.509-79.

Nº 30 — Aprovar os Projetos de contenções de encostas a serem executados entre as estacas 4736 e 4742 e as estacas 4753 e 4760 da Rodovia BR 040-RJ, trecho Rio de Janeiro — Juiz de Fora e compreendendo respectivamente um Crib-Wall e uma cortina atirantada, conforme parecer técnico da Divisão de Estudos e Projetos exarado nas fls. 55 do Processo DNER nº 314.246-77.

Nº 31 — Aprovar as modificações propostas para o projeto estrutural da Ponte da Ilha do Príncipe, localizada na Rodovia BR 262-ES, trecho de Acesso a Vitória, conforme parecer técnico da Divisão de Estudos e Projetos exarado nas fls. 4 do Processo DNER nº 3.423-78.

Nº 32 — Aprovar o projeto estrutural referente Ponte sobre o riacho Oiticica, localizado no entorno do km 223, da Rodovia BR 222-CE, trecho de Acesso Sul à cidade de Sobral, conforme parecer técnico da Divisão de Estudos e Projetos exarado nas fls. 16 do Processo DNER nº 20.833-74.

Nº 33 — Aprovar o projeto de contenção em terra armada, a ser executada no entorno da estaca 2.736 da Rodovia BR 040-RJ, trecho Rio de Janeiro — Juiz de Fora, conforme parecer técnico da Divisão de Estudos e Projetos exarado nas fls. 23 do Processo DNER nº 318.548-78.

Nº 34 — Aprovar o projeto estrutural referente ao projeto de ampliação das instalações da sede do 2º Distrito Rodoviário Federal, conforme parecer técnico da Divisão de Estudos e Projetos exarado nas fls. 36 do Processo DNER

nº 40.205-76. — Francisco Mattos de Brito Pereira.

PORTARIA Nº 35, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1979

O Diretor de Planejamento usando de competência delegada, consoante o disposto na Portaria número 1.236, de 8 de julho de 1971, resolve:

Approvar os projetos de engenharia da Rodovia BR 484-ES, trecho Guacuí — Entroncamento com a BR-262-ES e das Rodovias de Contorno das Cidades de Bom Jesus do Norte e Bom Jesus de Itabapoana, conforme parecer técnico da Divisão de Estudos e Projetos exarado nas fls. 45 do Processo DNER número 41.286-77. — Francisco Mattos de Brito Pereira.

Diretoria do Pessoal

PORTARIA Nº 662, DE 02 DE MARÇO DE 1979

O Diretor da Diretoria de Pessoal, usando das atribuições que lhe conferem os itens I, II, XVII e XVIII do artigo 93 do Regimento da Autarquia, aprovado pela Portaria Ministerial número MT-36, de 13 de janeiro de 1975, da competência delegada pelo Diretor-Geral, através da Portaria número 668, de 23 de abril de 1971, publicada no Diário Oficial da União, de 5 de maio de 1971, e de conformidade com o disposto no Decreto número 75.818, de 4 de junho de 1975, resolve:

Designar — Luci Wetschky, matrícula número 3.003.-CLT, ocupante da Categoria Funcional de Datilógrafo, da Tabela Permanente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para substituir em suas faltas e impedimentos, o ocupante da função integrante da categoria de Direção Intermediária, Código DAI-111.1 (ART), de Chefe da Seção de Abastecimento Ferramental, do Serviço Industrial, da Divisão de Equipamento Rodoviário, da Diretoria de Manutenção, deste Departamento em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidor, ocupante de cargos e empregos integrantes da lotação da Categoria Funcional de Artífice de Mecânica, correlata com a referida função de acordo com o Decreto número 75.818, de 4 de junho de 1975, publicado no Suplemento número 106, do Diário Oficial da União, de 09 de junho de 1975. — Maurício Couto Cesar.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE

RESOLUÇÃO DA SUNAMAM

Nº 5876 — NAVEGAÇÃO INTERIOR DE TRAVESSIA - TABELAS DE PREÇOS

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante, usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 73.838, de 13 de março de 1974,

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**  
**EXPEDIENTE**

DIRETOR-GERAL

**ALBERTO DE BRITTO PEREIRA**

DIRETOR DA DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES    CHEFE DO SERVIÇO EDITORIAL  
**J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO    MARIZIA LUZIA DE MELO**

**DIÁRIO OFICIAL**

SEÇÃO I - PARTE II

Órgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada  
(Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional)  
**BRASÍLIA**

**ASSINATURAS**

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Semestral .....	Cr\$ 105,00	Semestral .....	Cr\$ 80,00
Anual .....	Cr\$ 210,00	Anual .....	Cr\$ 160,00
EXTERIOR		EXTERIOR	
Anual .....	Cr\$ 300,00	Anual .....	Cr\$ 250,00

**PORTE AÉREO**

A ser contratado separadamente com a Delegacia Regional da E.C.T.  
(Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) em Brasília

**NÚMERO AVULSO**

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,50 por ano, se de exercícios anteriores.

**AS EDIÇÕES DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
ACHAM-SE À VENDUA:**

NA SEDE DO DIN

Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 1 - Lote 800  
NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Sede: Avenida Rodrigues Alves, 1  
Posto I — Ministério da Fazenda  
Posto II — Palácio da Justiça, 3.º pavimento - Corredor D - sala, 311  
ATENDE-SE A PEDIDOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL

• **Horário da Redação**

O Setor de Redação funciona, para atendimento ao público, das 11 às 17 horas.

• **Dos Originais**

As Repartições Públicas deverão entregar no Serviço de Comunicações do Departamento de Imprensa Nacional, até às 17 horas, o expediente destinado à publicação.

— Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados diretamente, em espaço dois, em papel acetinado ou apergaminhado, medindo no máximo 22 x 33 cm, sem emendas ou rasuras. Serão admitidas cópias em tinta preta e indelével, a critério do D.I.N.

— Os originais encaminhados à publicação não serão restituídos às partes, ainda que não publicados.

• **Reclamações**

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erro ou omissão, deverão ser formuladas por escrito ao Setor de Redação, até o quinto dia útil subsequente à publicação.

• **Assinaturas**

As assinaturas para o exterior serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa dos órgãos oficiais, a renovação de assinatura deve ser solicitada com trinta (30) dias de antecedência.

— As assinaturas das Repartições Públicas serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março.

— Os Suplementos às edições dos órgãos oficiais só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura

— Os pedidos de assinatura de servidores deverão ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

• **Remessa de Valores.**

A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque, através do Banco do Brasil S.A., a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional, acompanhada de esclarecimento quanto à sua aplicação.

Considerando que foram atendidos o Decreto-lei nº 808/69, o Decreto nº 79.706/77 e o Decreto nº 80.501/77,

Considerando o disposto na Resolução nº 27/78 do Conselho Interministerial de Preços (CIP), RESOLVE:

Adotar as tabelas de preços anexas para os serviços de travessia no rio Paraná, entre o Porto Guaira e o Porto Coronel Renato e entre o Porto Guaira e o Porto José Fragelli, ligando os municípios de Guaira (PR) ao de Iguatemi (MT).

Esta Resolução entrará em vigor 5 (cinco) dias após a data de sua publicação no Diário Oficial da União, ficando revogada a Resolução nº 5678.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1979  
MANOEL ABUD  
Superintendente

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 5876

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE BALSAS

TRAVESSIA NO RIO PARANÁ

PORTO GUAÍRA À PORTO CORONEL RENATO

LIGANDO OS MUNICÍPIOS DE GUAÍRA (PR) AO DE IGUATEMI (MT)

JAMANTA.....	Cr\$ 191,00
CAMINHÃO.....	Cr\$ 143,00
ÔNIBUS.....	Cr\$ 143,00
AUTOMÓVEL, JEEP E CAMIONETA.....	Cr\$ 96,00
LAMBRETA E MOTOCICLETA.....	Cr\$ 20,00
BICICLETA.....	Cr\$ 10,00

OBS.:

- 1) Os veículos quando rebocarem truques sofrerão um acréscimo em seus preços de Cr\$ 11,00;
- 2) A presente tabela sofrerá majoração de 30% (trinta por cento) no horário das 19:00 horas às 07:00 horas e quando o rio estiver fora do nível normal, assim estabelecido pela Capitania dos Portos;
- 3) Deverá ser cobrada dos responsáveis ou proprietários dos veículos, quando transportando mais de 2 (duas) pessoas, a passagem suplementar, por pessoa excedente, no valor, da tabela de preços estabelecida para o serviço de lanchas da região.

ANEXO II À RESOLUÇÃO Nº 5876

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE BALSAS

TRAVESSIA NO RIO PARANÁ

PORTO GUAÍRA À PORTO JOSÉ FRAGELLI

LIGANDO OS MUNICÍPIOS DE GUAÍRA (PR) AO DE IGUATEMI (MT)

JAMANTA.....	Cr\$ 153,00
CAMINHÃO.....	Cr\$ 113,00
ÔNIBUS.....	Cr\$ 113,00
AUTOMÓVEL, JEEP E CAMIONETA.....	Cr\$ 77,00
LAMBRETA E MOTOCICLETA.....	Cr\$ 16,00
BICICLETA.....	Cr\$ 8,00

OBS.:

- 1) Os veículos quando rebocarem truques sofrerão um acréscimo em seus preços de Cr\$ 9,00;
- 2) A presente tabela sofrerá majoração de 30% (trinta por cento) no horário das 19:00 horas às 07:00 horas e quando o rio estiver fora do nível normal, assim estabelecido pela Capitania dos Portos;
- 3) Deverá ser cobrada dos responsáveis ou proprietários dos veículos, quando transportando mais de 2 (duas) pessoas, a passagem suplementar, por pessoa excedente, no valor, da tabela de preços estabelecida para o serviço de lanchas da região.

Portarias de 13-02-79

O DIRETOR EXECUTIVO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DA RINHA MERCANTE, no uso da competência delegada pela Portaria nº 264,

de 3 de outubro de 1975, do Sr. Superintendente e tendo em vista o constante do capítulo IV, artigo 26, item IV do Regimento Interno,

Nº 070, RESOLVE dispensar o Agente de Mecanização de Apoio NM-1043.C, JOAQUIM MACIEIRA, de substituto do Chefe da Divisão de Informática, da Diretoria de Estudos e Planejamento, desta Superintendência, para o qual foi designado pela Portaria nº 472, de 23 de junho de 1977. GERALDO MONTEIRO DE BARROS BITTENCOURT DIRETOR EXECUTIVO.

Nº 071, RESOLVE, para efeito do disposto nos artigos 72 e 73, § 2º, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, designar a Agente Administrativo LT-SA-801.B, IZA CONCEIÇÃO OZÓRIO DE FIGUEIREDO, substituta do Chefe da Divisão de Informática, da Diretoria de Estudos e Planejamento desta Superintendência. GERALDO MONTEIRO DE BARROS BITTENCOURT - DIRETOR EXECUTIVO.

Portaria de 20-02-79

O SUPERINTENDENTE, no uso das atribuições que lhe confere o capítulo IV, artigo 25, item V do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto na alínea a ou b do item 5 da Instrução Normativa nº 46, de 19 de agosto de 1975, RESOLVE:

Nº 081, Designar MARIA JOSÉ LINS CREPALDI, matrícula nº 2577, ocupante do cargo (ou do emprego) de Agente Administrativo LT-SA-801.A, do Quadro (ou Tabela) Permanente da Superintendência Nacional da Marinha Mercante, para exercer a função de Assistente, código DAI-112.3, do Chefe do Bureau de Estudos de Fretes, da Superintendência Nacional da Marinha Mercante, em caráter provisório, enquanto não houver (ou houver insuficiência de) servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da lotação da Categoria Funcional de Economista, correlata com a referida função de acordo com o Decreto nº 79.035 de 23/12/76, publicado no Diário Oficial da União de 30/12/76. MANOEL ABUD-SUPERINTENDENTE.

Portarias de 22-02-79

O DIRETOR EXECUTIVO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE, no uso da competência delegada pela Portaria nº 264, de 3 de outubro de 1975, do Sr. Superintendente e tendo em vista o constante do capítulo IV, artigo 26, item IV do Regimento Interno,

Nº 084, RESOLVE dispensar o Agente Administrativo SA-801.B, JORGE VIEIRA DOS SANTOS, de substituto do Chefe da Seção de Custeio da Navegação de Cabotagem, da Divisão de Custos da Navegação, da Diretoria de Estudos e Planejamento, desta Superintendência, para o qual foi designado pela Portaria nº 111, de 19 de abril de 1971. GERALDO MONTEIRO DE BARROS BITTENCOURT - DIRETOR EXECUTIVO.

Nº 085, RESOLVE, para efeito do disposto nos artigos 72 e 73, § 2º, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, designar o Agente Administrativo SA-801.B, JERONIMO JOSÉ ROLIM, substituto do Chefe da Seção de Custeio da Navegação de Cabotagem, da Divisão de Custos da Navegação, da Diretoria de Estudos e Planejamento desta Superintendência. GERALDO MONTEIRO DE BARROS BITTENCOURT - DIRETOR EXECUTIVO.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

### BANCO CENTRAL DO BRASIL

-DEPARTAMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS-

DESPACHO DO SR. CHEFE, DE 20.2.79, DEFERINDO, NA FORMA DO PARECER, O REQUERIDO NO PROCESSO Nº:

BANCO DE INVESTIMENTOS

-Aumento de Capital - Reforma de Estatuto:

3305277/79 - LONDON MULTIPLIC S/A - BANCO DE INVESTIMENTO  
De Cr\$75.000.000,00 para Cr\$135.000.000,00  
A.G.Es. de 4.1.79 e 19.2.79.

DESPACHOS DO SR. CHEFE, DE 22.2.79, DEFERINDO, NA FORMA DOS PARECERES, O REQUERIDO NOS PROCESSOS NºS:

SOCIEDADES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

-Aumento de Capital - Reforma de Estatuto:

7150860/79 - FININVEST S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS  
De Cr\$149.872.211,00 para Cr\$179.846.653,00  
A.G.Es. de 14.11.78 e 20.2.79.

7630350/79 - APLIK S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS  
De Cr\$12.000.000,00 para Cr\$20.400.000,00  
A.G.E. de 26.12.78.

SOCIEDADE DISTRIBUIDORA

-Aumento de Capital - Alteração Contratual:

7150855/79 - DEPAÇ - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
De Cr\$15.000.000,00 para Cr\$25.000.000,00  
Instrumento de 20.2.79.

DESPACHOS DO SR. CHEFE, DE 23.2.79, DEFERINDO, NA FORMA DOS PARECERES, O REQUERIDO NOS PROCESSOS NºS:

SOCIEDADE CORRETORA

-Cancelamento da Autorização para Funcionar:

0201909/79 - A. B. - CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
Em Natal (RN)

SOCIEDADE DISTRIBUIDORA

-Cancelamento da Autorização para Funcionar:

3305155/78 - BAMERINDUS S/A - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
Em Curitiba (PR)  
Por ter sido incorporada pela "BAMERINDUS S/A - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS  
A.G.Es. de 5.12.78 e 14.12.78.

SOCIEDADES DE INVESTIMENTOS D. L. Nº 1.401

-Reforma de Estatuto:

3305239/79 - ABN - BRAZIL INVESTMENT FUND S/A - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO - D. L. Nº 1.401  
A.G.E. de 10.1.79.

7630521/79 - INVESTBRAZIL S/A - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO D. L. Nº 1.401  
A.G.E. de 31.1.79.

Retificação

No Diário Oficial da União (Seção I — Parte II), de 3.1.79, relativa à Resolução nº 503,

Página 22 — 2ª Coluna — Resolução nº 503 — 5ª Linha:

Onde se lê:  
7.12.76, no § 2º do artigo 7º do Decreto-lei nº 1.641, de 7.12.78,

Leia-se:  
7.12.76, e no § 2º do artigo 7º do Decreto-lei nº 1.641, de 7.12.78,

## BANCO DO BRASIL S. A.

C.G.C. 00.000.000/0001-91

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DO BRASIL S.A., REALIZADA EM 8.1.79

Aos oito dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezessete horas, sob a presidência do Dr. Karlos Rischbieter, reuniu-se o Conselho de Administração, encontrando-se presentes os demais Conselheiros Drs. Carloman da Silva Oliveira, Ernesto Albrecht, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Oswaldo Roberto Colin e Roberto Teixeira da Costa, e, na secretaria dos trabalhos, o Chefe do Gabinete da Presidência, Sr. Nilson Mirana Motta.

Consoante o disposto no § 3º do Art. 163 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, encontravam-se presentes, ainda, os Membros do Conselho Fiscal do Banco, Drs. Guilherme da Silveira Filho, João Jabor, José Mendes de Oliveira Castro, José Willemsens Júnior e Odette de Castro Gouveia.

Aberta a sessão, foram apreciados os assuntos trazidos pelo Sr. Presidente, abaixo relatados.

Inicialmente, e de conformidade com o art. 42 dos Estatutos, o Conselho de Administração homologou - com opinião favorável do Conselho Fiscal - decisão da Diretoria que autorizou a distribuição do dividendo de Cr\$ 0,11 por ação relativo ao segundo semestre de 1978, correspondendo ao dispêndio total de Cr\$ 3.231.360 mil (cerca de 56% do lucro líquido do período).

A seguir, foi discutida e aprovada a criação de Agência do Banco em Macau (Macau), com o objetivo de auxiliar o incremento do intercâmbio com os países vizinhos.

Por fim, o Conselho de Administração recomendou, no que tange à remuneração da Diretoria, fosse cumprida a Resolução Normativa nº 14/78, de 13.11.78, do Conselho Nacional de Política Salarial, matéria a ser submetida oportunamente à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, ass.: Nilson Miranda Motta, Chefe do Gabinete da Presidência, mandei lavrar esta ATA que vai assinada pelo Sr. Presidente e pelos demais Conselheiros.

\*\*\*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

- Karlos Rischbieter
- Carloman da Silva Oliveira
- Ernesto Albrecht

- Francisco Oswaldo Neves Dornelles
- Oswaldo Roberto Colin
- Roberto Teixeira da Costa

CONSELHO FISCAL:

- Guilherme da Silveira Filho
- João Jabour
- José Mendes de Oliveira Castro
- José Willemsens Júnior
- Odette de Castro Gouveia

CERTIDÃO

CERTIFICO que a primeira via deste documento, por despacho do Presidente da JCDF, nesta data, foi arquivada sob o número: 8454

Brasília, 13 de fevereiro de 1979

Waldir Peixoto  
Secretário Geral  
(Nº 2390 - 7-3-79 - Cr\$880.00)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 1978  
DIREÇÃO GERAL E AGÊNCIAS NO PAÍS

(\*) - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978  
(Em milhares de cruzeiros)

ATIVO	PASSIVO
<b>CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>
Disponibilidades ..... 1.419.415	Depósitos ..... 124.420.184
Operações de crédito ..... 3.765.414	A vista ..... 1.578.496
Empréstimos e títulos descontados ..... 236.144.571	A prazo ..... 125.996.688
Financiamentos rurais ..... 197.266.667	Relações interbancárias e interdepartamentais
Créditos em liquidação ..... 3.765.414	Pagamentos e recebimentos a liquidar ..... 728.464
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ..... ( 7.650.313)	Cobrança efetuada em trânsito ..... 4.752.721
Rendas a apropriar ..... ( 1.513.578)	Correspondentes no exterior em moedas estrangeiras ..... 94.215.314
428.012.761	Correspondentes em moeda nacional ..... 180.159
Relações interbancárias e interdepartamentais	Ordens de pagamento ..... 2.280.388
Pagamentos e recebimentos a liquidar ..... 10.810.223	Departamentos e congêneres no exterior em moeda nacional ..... 17.521
Correspondentes no exterior em moedas estrangeiras ..... 122.963.206	Contas interdepartamentais - país ..... 18.899.769
Correspondentes em moeda nacional ..... 24.613	121.074.336
Departamentos e congêneres - conta capital ..... 1.050.208	Obrigações por empréstimos
Departamentos e congêneres no exterior em moeda nacional ..... 62.967	Redescontos e empréstimos do Banco Central do Brasil ..... 1.884.900
Contas interdepartamentais - país ..... 117.839	Obrigações por empréstimos no país ..... 95.188.090
135.029.056	Obrigações por empréstimos externos ..... 24.860.346
Créditos diversos	Obrigações em moedas estrangeiras ..... 16.772.575
Banco Central do Brasil - recolhimentos e depósitos ..... 31.985.716	138.705.911
Operações de conta do Banco Central do Brasil ..... 800.626	Obrigações por recebimentos - tributos e encargos sociais ..... 9.754.468
Operações de conta do Tesouro Nacional ..... 56.669.798	Outras obrigações
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ..... 15.358.651	Operações de conta do Banco Central do Brasil ..... 18.145.884
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras ..... 928.143	Operações de conta do Tesouro Nacional ..... 25.085.168
Financiamentos em moedas estrangeiras ..... 30.132	Banco Central do Brasil - conta de movimento ..... 192.326.440
Outros créditos em moeda nacional ..... 30.359.546	Provisão para pagamentos ..... 22.447.266
Outros créditos em moedas estrangeiras ..... 47.298.833	Obrigações diversas em moeda nacional ..... 8.714.407
Rendas a apropriar ..... ( 56.424)	Obrigações diversas em moedas estrangeiras ..... 31.963.304
183.375.021	694.213.864
Valores e bens	
Títulos de renda fixa ..... 7.585.633	Capital social ..... 29.376.000
Valores em moedas estrangeiras ..... 94.401	Reservas de capital ..... 21.578.382
Outros valores e bens ..... 6.172.971	Reservas e retenção de lucros ..... 7.717.262
Provisão para desvalorização ..... ( 661.172)	Lucros acumulados ..... 25.643.505
13.191.933	
Despesas de exercícios futuros ..... 2.780	
761.030.866	
PERMANENTE	
Investimentos	
Investimentos em sociedades ligadas ..... 1.259.783	
Outros investimentos ..... 134.555	
1.394.338	
Imobilizado	
Imóveis de uso ..... 11.712.681	
Imobilizações em curso ..... 5.732.705	
Outros bens de uso ..... 3.754.745	
Provisão para depreciação ..... ( 5.178.316)	
16.021.815	
Diferido	
Despesas de organização e expansão ..... 111.640	
Provisão para amortização ..... ( 29.646)	
81.994	
17.498.147	
778.529.013	778.529.013

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ANO DE 1978  
(Em milhares de cruzeiros)

1. RECEITAS OPERACIONAIS	57.854.300
Rendas de operações de crédito	5.076.972
Resultado de câmbio	9.964.626
Rendas de serviços bancários	213.051
Rendas de valores mobiliários	77.894
Outras rendas operacionais	73.186.833
2. DESPESAS OPERACIONAIS	546.237
Despesas de depósitos	5.839.125
Despesas de obrigações por empréstimos	423
Despesas de serviços bancários	29.596.994
Despesas administrativas	7.785.079
Despesas patrimoniais	1.925.959
Outras despesas operacionais	45.693.827
3. RESULTADO OPERACIONAL (1-2)	27.493.066
4. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	34.318
Rendas de aluguel	58.949
Lucros na alienação de bens	187.990
Lucros na alienação de investimentos	2.963.153
Outras receitas não operacionais	3.244.110
5. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	10.333
Perdas na alienação de bens	100
Perdas na alienação de investimentos	43.864
Outras despesas não operacionais	54.297
6. RESULTADO NÃO OPERACIONAL (4-5)	3.189.813
7. RESULTADO DE CORREÇÃO MONETÁRIA	16.203.562
8. RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA (3+6-7)	14.479.257
9. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	4.447.117
10. LUCRO LÍQUIDO (8-9)	10.032.140
(Cr\$ 0,34 por ação, do capital integralizado em 31.12.78)	

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS DO ANO DE 1978  
(Em milhares de cruzeiros)

SALDO NO INÍCIO DO ANO	12.820.571
AJUSTES DE ANOS ANTERIORES	2.445.359
CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALDO INICIAL	5.535.719
SALDO AJUSTADO E CORRIGIDO	20.801.649
REVERSÕES DE RESERVAS:	
Para contingências	954
De lucros a realizar	1.180.556
Outras reservas	48.641
LUCRO LÍQUIDO	10.032.140
DESTINAÇÕES NO ANO:	
Reserva legal	( 501.607)
Reservas estatutárias	( 430.895)
Reservas para contingências	( 3.180)
Dividendos do ano	( 5.484.744)
SALDO NO FINAL DO ANO	25.643.505
DIVIDENDO POR AÇÃO DO CAPITAL ... Cr\$ 0,19	

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - O BANCO E AS SUAS OPERAÇÕES

O Banco é uma companhia aberta, dotada de personalidade jurídica de direito privado, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações. Tem por objetivo fomentar a produção nacional, promover a circulação dos bens produzidos e incentivar o intercâmbio comercial do país com o exterior.

Além de desenvolver atividades típicas de um banco comercial, é autoridade monetária e se constitui no principal instrumento de execução da política financeira e creditícia do Governo Federal, nos termos da lei 4.595/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias.

O programa global de aplicações do Banco consta do orçamento monetário nacional, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, sendo promovidos os recursos necessários sob adequada remuneração.

NOTA 2 - DIRETRIZES CONTÁBEIS

As diretrizes adotadas pelo Banco para a contabilização das operações e para a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras emanam das disposições da lei das sociedades por ações, das instruções da Comissão de Valores Mobiliários e das normas baixadas pelo Banco Central do Brasil, consideradas também as disposições da legislação tributária.

A forma de apresentação das demonstrações financeiras de estas notas são parte integrante tem como referência as normas do Banco Central do Brasil de 20 de julho de 1978, substanciadas no "Plano Contábil dos Bancos Comerciais". O conteúdo dessas demonstrações financeiras e de suas notas explicativas está também calcado nas disposições da lei das sociedades por ações e nas instruções da Comissão de Valores Mobiliários, resultando serem significativamente díspares em relação às de 1977.

Assim, as demonstrações financeiras espelham a posição patrimonial e financeira e os resultados decorrentes das operações no país, defluindo tal prática das disposições do Banco Central do Brasil, que apenas permitem a integração dos lucros de agências no exterior quando efetivamente internados (remetidos à matriz), enquanto que os prejuízos devem ser provisionados quando ocorrerem.

Os princípios e procedimentos contábeis observados podem ser resumidos como segue:

a) o regime contábil é o de competência de exercícios, sendo as receitas, despesas e custos de operações financeiras acumuladas em função da fluência dos prazos contra-

tuais das respectivas operações ou das épocas de concretização das operações ou outros eventos;

- b) os direitos, obrigações e compromissos em moedas estrangeiras ou sujeitos a correção monetária estão ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais, quando tais ajustamentos repercutem nos resultados;
- c) os créditos em liquidação correspondem aos registrados como de liquidação duvidosa, segundo as normas regulamentares;
- d) a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as disposições regulamentares e seu montante é adequado para fazer face a perdas normais que possam decorrer de operações de risco do Banco;
- e) o montante representativo do capital das agências no exterior está demonstrado por seu valor histórico e consta sob "Departamentos no Exterior - Conta Capital";
- f) os títulos mobiliários e outras aplicações financeiras estão demonstrados por montantes globais aproximados aos de mercado e incluem os rendimentos auferidos; no caso das participações societárias incluem o valor nominal das bonificações recebidas.

As participações societárias em empresas cujas atividades não tenham caráter de complementação ou apoio às atividades do Banco são consideradas como de natureza transitória, não sendo, portanto, classificadas no ativo permanente. Tais participações decorrem principalmente do conversão de créditos e de subscrições adicionais com o objetivo de resguardar os capitais aplicados, e de interesses governamentais voltados para o desenvolvimento de setores de economia carentes de apoio, ou para a solução de problemas sociais.

A propósito, o Conselho de Administração, em reunião de 8 de fevereiro de 1979, propôs uma disposição estatutária com o objetivo de disciplinar tais participações acionárias em até 10% do capital de cada empresa investida ou em até 15% do patrimônio líquido do Banco.

o) o imóvel está avaliado monetariamente, com base nos coeficientes oficiais e depreciado - à exceção dos terrenos - pelo método linear, segundo as seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias 4%, sistema de mecanização avançada, veículos e instalações e equipamentos elétricos 20%, demais itens 10%.

NOTA 3 - MUDANÇAS DE DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais alterações procedidas em 1978 foram as seguintes:

- a) os investimentos em empresas controladas classificados no permanente estão apresentados pelo método de equivalência patrimonial; anteriormente eram demonstrados pelo custo;
- b) o patrimônio líquido e o ativo permanente foram corrigidos monetariamente e o efeito líquido observado no resultado, o procedimento anterior era de corrigir monetariamente o imobilizado em contrapartida a uma reserva de capital, e de imputar ao resultado somente o efeito da inflação sobre o capital de giro próprio;
- c) supressão, através de balanços, dos saldos do ativo e passivo que, por configuração meros controles internos, não representam direitos ou obrigações do Banco;
- d) inclusão, no ativo e passivo, de saldos representativos de direitos e obrigações do Banco anteriormente balanceados.

NOTA 4 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O Banco - como principal executor da política monetária e de crédito emanada das decisões do Conselho Monetário Nacional, consideradas também as suas funções de principal instrumento de concessão de crédito rural, de executor e de divisor e orientador do crédito suplementarmente à ação da rede bancária nacional - concede uma parcela expressiva de seus empréstimos e financiamentos em consonância com as correspondentes diretrizes governamentais e mediante a utilização de recursos financeiros específicos para esse fim aportados.

Os empréstimos e financiamentos concedidos estão predominantemente amparados por garantias reais, avais, fianças e outras colaterais, e certas operações de crédito rural (cerca de Cr\$ 38 bilhões) estão também amparadas por seguro de crédito nos termos do programa de garantia da atividade agropecuária - PROAGRO, administrado pelo Banco Central do Brasil, que assegura a liquidação de até 80% dos financiamentos rurais cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças. Ademais, o risco de crédito de certas operações (aproximadamente Cr\$ 105 bilhões) vinculadas a recursos financeiros aportados ao Banco em conexão com programas governamentais não corre à conta do Banco.

Os prazos para liquidação dos empréstimos e financiamentos vinculados a programas especiais são compatíveis com os de retorno dos recursos aportados, cerca de Cr\$ 101 bilhões, grande parte dos quais registrado em "Obrigações por Empréstimos no País".

**NOTA 5 — RELAÇÕES INTERBANCÁRIAS**

O relacionamento interbancário a nível internacional apresenta uma posição líquida — aplicações do Banco junto a banqueiros — da ordem de Cr\$ 28,7 bilhões, remunerados segundo as taxas normais do mercado financeiro internacional. As agências no exterior são consideradas como banqueiros, representando inclusive eventuais disponibilidades financeiras da Direção Geral, o que proporcionou no ano de 1978 uma receita de aproximadamente Cr\$ 1 bilhão relativamente a essas operações (Cr\$ 22,1 bilhões em 31 de dezembro de 1978). Essas agências são auditadas no exterior por auditores independentes.

**NOTA 6 — CONTAS COM O BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Os depósitos compensatórios, de Cr\$ 17,8 bilhões, constam sob a rubrica de "Banco Central — recolhimentos e depósitos", que também inclui Cr\$ 9,5 bilhões de depósitos de clientes em garantia de importações e Cr\$ 4,6 bilhões de depósitos de recursos captados pelo Banco no exterior (resolução 63 do Banco Central do Brasil) para repasse. As rubricas de "Outros créditos em moedas estrangeiras" e "Obrigações diversas em moedas estrangeiras" incluem cerca de Cr\$ 30 bilhões correspondentes a recursos captados por clientes nos termos de lei 4.131 e depositados no Banco Central do Brasil durante o prazo legal de retenção. A conta de movimento está sujeita a juros de 1% ao ano.

**NOTA 7 — OPERAÇÕES DE CONTA DO TESOURO NACIONAL**

Essas operações estão em processo de liquidação nos termos da deliberação do Conselho Monetário Nacional na conformidade do decreto-lei 1.638 de 6 de outubro de 1978; em dezembro de 1978 o Banco recebeu Letras do Tesouro Nacional no montante de Cr\$ 1,8 bilhão, a juros de 6% ao ano e respetivos semestralmente até 1987; em janeiro de 1979 foi promovida uma liquidação de Cr\$ 17,9 bilhões adicionais com recursos de "Reserva Monetária". Certas contas de espécie estão sujeitas a juros nos termos da legislação.

**NOTA 8 — OUTROS VALORES E BENS**

	Participação no capital		Valor contábil em 31.12.1978 (Cr\$ mil)
	Total (%)	Votante (%)	
Companhia Açúcar Especial Itabira (ACESITA)	81,98	99,85	3.079.807
Ferj Açúcar S.A.	26,98	26,98	80.157
Riocell Administração S.A.	50,00	50,00	213.364
Companhia Siderúrgica Nacional	14,80	17,06	1.027.856
Aços Fines Piratini S.A.	23,90		405.192
Alumínio S.A. Laminado e Extrusão	7,12	37,85	33.500
Outros			1.333.095
Provisão para devalorização			6.172.971
			5.511.799

As operações com as empresas controladas e coligadas obedecem às normas regulamentares do Banco.

**NOTA 9 — INVESTIMENTOS PERMANENTES**

	Participação no capital		Participação líquida no final do ano	Lucro líquido em 1978	Ajuda pelo método de equivalência patrimonial	Valor em 31.12.1978
	Total (%)	Votante (%)				
EMPRESAS CONTROLADAS	100	100	1.920.869	1.451.230	776.812	920.869
Brazilian American Merchant Bank						
Brazilian Finance Investment Corporation						
EMPRESAS COLIGADAS	100	100	(1.229)	(1.527)	(1.362)	339.314
OUTROS INVESTIMENTOS						134.556
						1.394.238

1) Conforme demonstrações financeiras auditadas em curso de finalização, não foram recebidos dividendos em 1978.

**NOTA 10 — DEPÓSITOS**

A rubrica "Depósitos à vista" inclui Cr\$ 16,1 bilhões de depósitos vinculados, dos quais Cr\$ 9,5 bilhões correspondem a depósitos recebidos de clientes em garantia de importações amparadas por cartas de crédito de emissão do Banco em conformidade com disposições do Banco Central do Brasil.

**NOTA 11 — CAPITAL**

O capital social subscrito e integralizado está representado por 16.470.368.400 ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e por 12.905.631.600 ações preferenciais ao portador, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos, todas sem valor nominal e inconvertíveis de uma espécie em outra. O Tesouro Nacional detém o controle do Banco e é o seu maior acionista.

**NOTA 12 — RESERVAS**

As seguintes reservas são constituídas em conformidade com a lei de sociedades por ações e o estatuto: Legal — para garantir a integridade do capital social, mediante a apropriação de 5% do lucro líquido e até atingir o limite de 20% do capital social; Para contingências — para compensar perdas prováveis não cobertas por seguro específico, mediante a apropriação de montante proposto pela diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração; Estatutárias — para a formação do "Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica", mediante a apropriação de 2% do lucro líquido e até atingir o limite de 10% do capital social; e do "Fundo para Prejuízos Eventuais", até o equivalente a 40% do capital social, para a compensação de perdas decorrentes das operações e serviços em geral. De lucros a realizar — na forma contemplada em lei, principalmente mediante acréscimo, em contrapartida, por montante equivalente ao de aumento de valor do investimento em empresas controladas e coligadas segundo o método de equivalência patrimonial; De correção monetária do capital — para correção da expressão monetária do valor do capital realizado, incorporável ao capital mediante aumento computatório por deliberação dos acionistas quando de realização de assembleia geral ordinária anual. Em 1978 foram integralizados Cr\$ 2.403.113 mil do aumento de capital votado em 10 de novembro de 1977; uma parcela idêntica foi recebida a título de ação e acrescida a uma reserva de capital.

**NOTA 13 — DIVIDENDOS**

O estatuto estabelece a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido declarado semestralmente por ato da diretoria aprovado pelo Conselho de Administração.

**NOTA 14 — AJUSTES DE ANOS ANTERIORES**

Os ajustes correspondem principalmente a excesso de provisão para o imposto sobre a renda de 1977 (Cr\$ 627.457 mil) e à absorção de receitas mantidas sob "Rendas em Suspensão" em 1977 (Cr\$ 1.799.240 mil).

**NOTA 15 — EFEITOS INFLACIONÁRIOS DO ANO**

Foram contabilizados mediante a correção monetária do ativo permanente (Cr\$ 4.065.369 mil) e do patrimônio líquido (Cr\$ 10.422.353 mil do capital realizado; Cr\$ 2.792.198 mil das reservas de capital; Cr\$ 2.118.661 mil das reservas de lucros; Cr\$ 5.535.719 mil de lucros acumulados). O montante líquido foi imputado ao resultado do ano.

**NOTA 16 — COMPROMISSOS, RESPONSABILIDADES E PASSIVOS CONTINGENTES**

- As contingências trabalhistas são as que decorrem da Consolidação das Leis do Trabalho, o Banco é o patrocinador e contribuinte da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), restrita aos seus funcionários e da PREVI, que assegura e Banco também arca com encargos de aposentadoria e os de pensão a dependentes. O Banco também arca com encargos de aposentadoria de certos funcionários. Estão sendo procedidos os cálculos atuariais para mensurar as reservas matemáticas e determinar as apólices e montantes das contribuições adicionais requeridas.
- O Banco tem litígios trabalhistas, fiscais e cíveis, dos quais não se prevê a ocorrência de prejuízos significativos.
- As garantias concedidas a terceiros — sob a forma de fianças, avais e cartas de garantia — montam a Cr\$ 38 bilhões, sujeitas entretanto a encargos financeiros e contra-garantias pelos beneficiários.
- O Banco tem o compromisso de liquidar Cr\$ 12 bilhões, líquidos, de operações de câmbio, sendo Cr\$ 27 bilhões referentes a compromissos para a entrega futura de moedas já vendidas a taxas fixas, e Cr\$ 15 bilhões referentes a direitos para recebimento futuro de moedas já compradas por conta de órgãos governamentais, também a taxas fixas; essas operações foram contratadas principalmente em dólares norte-americanos.
- O Banco administra o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP, garantindo a este uma rentabilidade mínima igual à correção monetária mais juros de 3% ao ano, relativamente aos recursos aplicados diretamente pelo Banco.
- O Banco tem também compromissos de concessão de créditos adicionais e investimento decorrentes de empréstimos e financiamentos já contratados, e a responsabilidade por administração de serviços de custódia, inclusive da reserva monetária.

Brasília, 26 de janeiro de 1979	Oswaldo Roberto Colin Francisco Oswaldo Neves Dornelles	DIRETORIA	Olyntho Tavares de Campos Carlos Brandão	Roberto Antônio Pinto de Melo Carvalho Antônio Arnaldo Gomes Taveira	Antônio Ferreira Álvares da Silva César Dantas Bacelar Sobrinho	Lauro Rodrigues Contador Geral
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Ernesto Albrecht Roberto Teixeira da Costa	Karlos Rischbieter (Presidente)	Amílcar de Souza Martins José Aristóphanes Pereira	João de Mattos Leão Walter Peracchi Barcellos	Eduardo de Castro Neiva Benedito Fonseca Moreira	C.R.C.-RJ-23.441-5-T-DF CPF-009-710.307-15
Karlos Rischbieter (Presidente)	Carloman da Silva Oliveira	Oswaldo Roberto Colin	Rodrigo Horácio Garcia da Costa			

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Senhores Acionistas,  
O Conselho Fiscal do Banco do Brasil S.A., em cumprimento ao disposto no inciso VII, do artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, após examinar o Balanço Geral, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações Patrimoniais e das Notas Explicativas correspondentes ao encerramento do exercício de 1978, com base nas análises periódicas realizadas, declaram que as peças acima referidas representam adequadamente a posição econômico-financeira do Banco do Brasil S.A., e por seus membros abaixo-assinados, recomendam que as contas submetidas à Assembleia Geral Ordinária sejam aprovadas pelos Senhores Acionistas.

Brasília (DF), 26 de janeiro de 1979.

Guilherme de Silveira Filho  
João Jabour  
José Mendes de Oliveira Castro  
José Willebrandt Júnior  
Odete de Castro Gouvêa

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Senhores  
Diretores e Acionistas

Brasília, 16 de fevereiro de 1979.

Examinamos o balanço patrimonial do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 1978 e as correspondentes demonstrações do resultado e de lucros acumulados do ano findo nessa mesma data. Efetuamos nosso exame consoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria no estendido que julgamos necessária segundo as circunstâncias, exceto que não o estendemos aos investimentos em agências no exterior, às operações com essas agências e seus resultados, e aos ativos, passivos e resultados dessas agências. Com a exceção acima, e considerados os esclarecimentos constantes dos parágrafos terceiro da Nota 2 e segundo da Nota 5, somos de parecer que tais demonstrações financeiras são fidedignas. demonstrações de posição financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 1978 e do resultado do ano referente às operações no país, de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados e consoante a forma de apresentação emanaria das instruções do Banco Central do Brasil relativas a bancos comerciais. Esses princípios contábeis foram aplicados de maneira consistente em relação ao ano anterior, exceto quanto ao mencionado na Nota 3.

PRICE WATERHOUSE  
Auditores Independentes — CRC — DF-226

OSMAR SCHWACKE  
Contador — CRC — RJ-3.663-9-S-DF-388

**BALANÇO INTEGRADO E CONDENSADO**  
(Inclusive Agências no Exterior)  
(Em Milhares de Cruzeiros)

31 de dezembro de 1978

ATIVO		PASSIVO	
	Cr\$		Cr\$
— DISPONIBILIDADES .....	57.512.845	— CAPITAL SOCIAL .....	29.376.000
— EMPRÉSTIMOS E OUTRAS OPERAÇÕES ATIVAS .....	883.144.944	— RESERVAS E LUCROS ACUMULADOS .....	54.939.148
— TÍTULOS MOBILIÁRIOS .....	20.988.973	— DEPÓSITOS .....	472.312.750
— IMOBILIZADO .....	16.936.280	À VISTA .....	167.484.620
— OUTRAS CONTAS .....	40.838.353	A PRAZO .....	304.828.130
		— OPERAÇÕES PASSIVAS .....	179.834.711
		— RECURSOS PARA REFINANCIAMENTO .....	245.294.257
		— OUTRAS EXIGIBILIDADES .....	37.664.529
	<u>1.019.421.395</u>		<u>1.019.421.395</u>

Taxa de Conversão: Cr\$ 20,78 por US\$ 1,00

(\*) - N. da D.Pb. - Republicado por ter saído com omissão, do original, no D.O. de 8/3/79.

**MINISTÉRIO  
DA AGRICULTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA**

PORTARIA Nº P-19 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1979

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDEPE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10, inciso XI, do Decreto nº 73.632, de 13 de fevereiro de 1974,

**R E S O L V E :**

Designar ANTONIO SANTOS PEREIRA FERRAZ, Agente de Inspeção da Pesca, código NM-1009, classe A, referência 23, para substituir o Coordenador Regional da SUDEPE, no Estado do Maranhão, nos seus impedimentos legais ou eventuais.

OSWALDO GUY MACHADO DE SOUZA CASTRO

**Departamento do Pessoal**

PORTARIA Nº P-36 DE 5 DE MARÇO DE 1979

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDEPE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Senhor Superintendente, através da Portaria nº G-25, de 29 de junho de 1978 publicada no Diário Oficial de 04 de julho de 1978,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor WILTON BIASOLI VAGHETTI, Agente Administrativo, código SA-801, classe B, referência 30, para substituir o Chefe do Grupo de Coordenação e Fiscalização de Atividades Regionais, DAI-111.3, da Coordenadoria Regional no Estado do Rio Grande do Sul, nos impedimentos legais e eventuais do seu titular, a partir de 16 de novembro de 1978.

OSWALDO GUY MACHADO DE SOUZA CASTRO

PORTARIA Nº P-37 DE 5 DE MARÇO DE 1979

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDEPE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Senhor Superintendente, através da Portaria nº G-25, de 29 de junho de 1978 publicada no Diário Oficial de 04 de julho de 1978,

**R E S O L V E :**

Designar JOSÉ MENDES FERREIRA, Agente Administrativo, código LT-SA-801, classe A, referência 24, para exercer a função de Chefe de Seção de Atividades Auxiliares, DAI-111.3, do Departamento de Administração desta Autarquia, do Grupo Direção e Assistência Intermediária, a que se refere o Decreto nº 79.348, de 07 de março de 1977.

OSWALDO GUY MACHADO DE SOUZA CASTRO

PORTARIA Nº P-38 DE 5 DE MARÇO DE 1979

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDEPE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Senhor Superintendente, através da Portaria nº G-25, de 29 de junho de 1978 publicada no Diário Oficial de 04 de julho de 1978,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora TEREZINHA MUENZER DUTRA, Agente Administrativo, código SA-801, classe B, referência 30, para substituir o Chefe do Grupo Executivo de Administração, DAI-111.3, da Coordenadoria Regional no Estado do Rio Grande do Sul, nos seus impedimentos legais e eventuais, a partir de 18 de dezembro de 1978.

OSWALDO GUY MACHADO DE SOUZA CASTRO

**INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL  
Departamento do Pessoal**

PORTARIA DE Nº 007/79, DE 05 DE MARÇO DE 1979

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, usando da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 14 do Decreto nº 80.602, de 24 de outubro de 1977,

**R E S O L V E :**

Conceder Progressão Funcional, de acordo com o artigo 2º, combinado com o artigo 34, item I, do Decreto nº 80.602, de 24 de outubro de 1977, alterado pelo nº 82.265, de 13 de setembro de 1978, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 1979,

A) No Quadro Permanente deste Instituto

I - da classe "B", referência 48, para a classe "C", referência 49, da Categoria Funcional de Engenheiro Agrônomo, código 912, a

- 01 - Francisco Alberto Ramos de Souza
- 02 - José de Ribamar Ribeiro
- 03 - Renato Paulo da Silva Pinto Coral
- 04 - Vivaldo Campbel de Araújo, em vagas revertidos da classe "S", nos termos do artigo 2º e seus parágrafos do Decreto nº 82.265 de 13 de setembro de 1978

II - da classe "A", referência 43, para a classe "B", referência 44, da Categoria Funcional de Contador, código 924, a

- 01 - Percy Rosa Alves, em vaga decorrente da aposentadoria de Aroldo Crepaldi

III - da classe "B", referência 26, para a classe "C", referência 27, da Categoria Funcional de Agente de Defesa Florestal, código 1008, a

- 01 - Aguinaldo Bezerra da Costa
- 02 - Antônio Militão e Silva
- 03 - Antônio Vitorino de Souza
- 04 - Florentino Joaquim Soares
- 05 - Hélio Gerônimo da Cunha
- 06 - Jalmir Gomes Leite
- 07 - Roberto Tavares

08 - Sebastião Batista da Silva, em vagas decorrentes do ajustamento da distribuição por classes de que trata o artigo 31, item IV, do Decreto nº 80.602/77

IV - da classe "A", referência 30, para a classe "B", referência 31, da Categoria Funcional de Tecnologista, código 1018, a

- 01 - Alba Sales Mergulhão, em vaga decorrente do ajustamento da distribuição por classes de que trata o artigo 31, item IV, do Decreto nº 80.602/77

V - da classe "A", referência 30, para a classe "B", referência 31, da Categoria Funcional de Agente de Inspeção de Indústria e Comércio, código 1020, a

- 01 - César Borges Chaise
- 02 - Severino Ramiro da Silva, em vagas decorrentes do ajustamento da distribuição por classes de que trata o artigo 31, item IV, do Decreto nº 80.602/77

VI - da classe "C", referência 29, para a classe "D", referência 30, da Categoria Funcional de Agente de Assuntos da Indústria Madeireira, código 1023, a

- 01 - Aristides Frontino Régis  
 02 - Euclides Gonçalves  
 03 - Genésio Justino da Silva  
 04 - Ildefonso Rosa Peres  
 05 - José Mendes Barbosa  
 06 - Osvaldo Bruno Correa  
 07 - Osvaldo Riograndense da Paz  
 08 - Thomaz José da Silva, em vago decorrente do ajustamento da distribuição por classes de que trata o artigo 31, item IV, do Decreto nº 80.602/77
- VII - da classe "A", referência 30, para a classe "B", referência 31, da Categoria Funcional de Técnico de Contabilidade, código 1042, a
- 01 - Arthur Nogueira Filho, em vago decorrente do ajustamento da distribuição por classes de que trata o artigo 31, item IV, do Decreto nº 80.602/77
- VIII - da classe "B", referência 23, para a classe "S", referência 24, da Categoria Funcional de Telefonista, código 1044, a
- 01 - Maria da Silva Carrapito, em vago decorrente do ajustamento da distribuição por classes de que trata o artigo 31, item IV, do Decreto nº 80.602/77
- IX - da classe "A", referência 43, para a classe "B", referência 44, da Categoria Funcional de Procurador Autárquico, código 1103, a
- 01 - Heloisa Helena David, em vago decorrente do ajustamento da distribuição por classes de que trata o artigo 31, item IV, do Decreto nº 80.602/77
- X - da classe "B", referência 20, para a classe "S", referência 21, da Categoria Funcional de Motorista Oficial, código 1201, a
- 01 - Bento Rosa, em vaga decorrente da aposentadoria de Milton Caetano da Silva
- XI - da classe "C", referência 17, para a classe "S", referência 18, da Categoria Funcional de Agente de Portaria, código 1202, a
- 01 - Alício Nerys da Silva  
 02 - Elias Soarês Leitão  
 03 - Feliciano Villalba  
 04 - Francisco Cândido Soares  
 05 - Francisco Trobílio Dias  
 06 - Iris Borges  
 07 - Paulo Roberto de Oliveira  
 08 - Valerim Almerindo Pereira  
 09 - Wanderley da Conceição Barbosa, em vago decorrentes do ajustamento da distribuição por classes de que trata o artigo 31, item IV, do Decreto nº 80.602/77
- B) Na Tabela Permanente deste Instituto
- I - da classe "B", referência 48, para a classe "C", referência 49, da Categoria Funcional de Engenheiro Agrônomo, código 912, a
- 01 - Álvaro José dos Santos Neto, em vago decorrente do ajustamento da distribuição por classes de que trata o artigo 31, item IV, do Decreto nº 80.602/77
- 02 - Carlos Hormínio Rebelo e Silva, em vaga decorrente da aposentadoria de Paulo Azevedo Berutti
- II - da classe "A", referência 43, para a classe "B", referência 44, da Categoria Funcional de Técnico de Administração, código 923, a
- 01 - Cléa Margarida Maciel Bastos, em vago decorrente do ajustamento da distribuição por classes de que trata o artigo 31, item IV, do Decreto nº 80.602/77
- III - da classe "A", referência 43, para a classe "B", referência 44, da Categoria Funcional de Contador, código 924, a
- 01 - Dilma Targino Moreira Quirino, em vago decorrente do ajustamento da distribuição por classes de que trata o artigo 31, item IV, do Decreto nº 80.602/77
- IV - da classe "B", referência 26, para a classe "C", referência 27, da Categoria Funcional de Agente de Defesa Florestal, código 1008, a
- 01 - Abdon Staiti Netto  
 02 - Alberto Hoffman  
 03 - Alcidino Viana  
 04 - Almir Rolim Dias  
 05 - Aluizio José Macedo  
 06 - Álvaro Luiz Mouro  
 07 - Benedito Donizetti Jardim  
 08 - Carlos Alberto Dias Ribeiro  
 09 - Carlos de Souza Onety  
 10 - Cícero Aureliano de Aguiar  
 11 - Darcy Soares Firmino  
 12 - Edmundo Tobias  
 13 - Eráclito Barros de Lucena  
 14 - Esmeril Gomes da Silva, em vago decorrentes do ajustamento da distribuição por classes de que trata o artigo 31, item IV, do Decreto nº 80.602/77  
 15 - Francisco de Araújo Leal  
 16 - Francisco José Venâncio  
 17 - Francisco Valdomiro da Silva  
 18 - Geraldo de Moraes Pessoa  
 19 - Geraldo Soares Silva  
 20 - Germano Nogueira  
 21 - Gumercindo Gonçalves Troche  
 22 - Honório Freire Pereira  
 23 - Inácio Alves de Barros  
 24 - Ismael Alves Bezerra  
 25 - Jair Augusto da Costa  
 26 - Jair Augusto dos Santos  
 27 - João Alberto da Silva  
 28 - João Apolinário dos Santos  
 29 - Jonas Gonçalves Corguinha  
 30 - José André de Souza  
 31 - José Damião de Castro Santos  
 32 - José Danilo Lemes Vieira  
 33 - José Francisco Goulart  
 34 - José Hugo de Menezes Evaristo  
 35 - José Luiz de Faria  
 36 - José Moreira  
 37 - José Ramos Damasceno  
 38 - José Rui Guimarães  
 39 - José Vergílio  
 40 - Laerte Bourguignon Mascarelli  
 41 - Lourival Martins

- 42 - Luiz Francisco da Silva
- 43 - Marco Antônio Moura Botelho
- 44 - Marco Palumbo
- 45 - Mateus Cruz Soares
- 46 - Milcir dos Santos
- 47 - Nelson Cavalcante Maciel
- 48 - Norival de Oliveira
- 49 - Orlando Alberto Dias
- 50 - Paulo Afonso de Souza Onety
- 51 - Pedro Alves de Barros
- 52 - Pedro Fabrício de Souza Neto
- 53 - Pedro Gomes da Cruz
- 54 - Roberto de Almeida
- 55 - Salvador Francisco de Oliveira
- 56 - Tarcílio Carvalho de Oliveira
- 57 - Teófilo Barcelos Neto
- 58 - Valter Pereira Alves
- 59 - Zacarias Costa, em vagas revertidos da classe "S", nos termos do artigo 2º e seus parágrafos do Decreto nº 82.265 de 13 de setembro de 1978

V - da classe "B", referência 48, para a classe "C", referência 49, da Categoria Funcional de Procurador Autárquico, código 1103, a

- 01 - Telma Caixeta de Brito, em vago revertido da classe "S", nos termos do artigo 2º e seus parágrafos do Decreto nº 82.265 de 13 de setembro de 1978

GUILHERME DIAS CAVALHO  
Diretor do Departamento de Pessoal

#### PORTARIAS DE 07 DE MARÇO DE 1979

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Capítulo IV, artigo 25, item III, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 229, de 25 de abril de 1975, e tendo em vista o disposto no item 5 da Instrução Normativa nº 46, de 19 de agosto de 1975, do DASP, resolve:

Nº 091/79-DP: Dispensar o Técnico de Administração, código NS-923, Classe "C", Referência "51", do Quadro Permanente do IBDF, JOSÉ PINTO COSTA, da função de Assistente, código DAI-112.3 do Departamento de Industrialização e Comercialização, para a qual foi designado pela Portaria nº 328/78-DP, de 19.07.78, publicada no D.O.U. de 19.08.78, designando-o para exercer a função de Assistente, código DAI-112.3, do Departamento de Economia Florestal, em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da lotação das Categorias Funcionais de Engenheiro Agrônomo ou Florestal, correlatas com a referida função, de acordo com o Decreto nº 77.985, de 07 de julho de 1976.

Nº 092/79-DP: Dispensar o Técnico de Administração, código NS-923, Classe "C", Referência "52", do Quadro Permanente do IBDF, JOSÉ NICOLAU MATTOSO, da função de Diretor da Divisão de Estudos de Mercados, do Departamento de Industrialização e Comercialização, para a qual foi designado pela Portaria nº 359/76-DP, de 21.09.76, publicada no D.O.U. de 04.10.76, designando-o para exercer a função de Assistente, código DAI-112.3, do Departamento de Industrialização e Comercialização, em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da lotação das Categorias Funcionais de Engenheiro Agrônomo ou Florestal, correlatas com a referida função, de acordo com o Decreto nº 77.985, de 07 de julho de 1976. JOAQUIM FALCO URIARTE NETTO - Presidente Substituto.

## INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 204 DE 2 DE MARÇO DE 1979

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 25 do Regulamento Geral do Órgão, aprovado pelo Decreto nº 68.153, de 19 de fevereiro de 1971, com fundamento no disposto nos artigos 92, inciso III e 93 inciso II da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1.971,

R E S O L V E :

I - Conceder dispensa ao Senhor FRANCISCO DE CERQUEIRA TORRES das funções de Interventor da "COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE SANTANA DE RESPONSABILIDADE LTDA.", sediada no Município de Santana, Estado da Bahia, nomeado através da Portaria nº 1064, de 09 de novembro de 1978, publicada no Diário Oficial da União de 17 do mesmo mês e ano Seção I, Parte II;

II - Designar o Economista e Contador, HUMBERTO MAFNERA para as funções de Interventor da supra referida Cooperativa, com as atribuições, os direitos e as prerrogativas do seu antecessor.

LOURENÇO VIEIRA DA SILVA

PORTARIAS DE 5 DE MARÇO DE 1979

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 25, alínea "n", do Regulamento Geral, aprovado pelo Decreto nº 68.153, de 19 de fevereiro de 1971, RESOLVE:

Nº 211 - Considerar dispensados, dos Cargos em Comissão ou funções gratificadas, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Instituto, os seguintes servidores:

1 - MÁRCIA BARBOSA MOREIRA DA ROCHA, a partir de 19 de abril de 1978, de Assistente, símbolo 4-C, da Coordenadoria Regional do Nordeste Setentrional - CR-02;

2 - ROBERTO HALLAK, Assistente Administrativo, a partir de 23 de fevereiro de 1978, de Assistente, símbolo 4-C, da Coordenadoria Regional do Centro-Oeste - CR-04;

3 - ALBERTO BELFORT NETO, a partir de 19 de abril de 1978, de Assistente, símbolo 4-C, da Coordenadoria Regional do Leste Setentrional - CR-05;

4 - MÁRCIA CRISTINA MACHADO LOEWENSTEM, Técnico em Assuntos Educacionais, Código LT-927.B, Referência 48, a partir de 20 de março de 1978, de Assistente, símbolo 5-C, da Divisão de Cadastro e Tributação, da Coordenadoria Regional do Leste Meridional - CR-07;

5 - HAYDEE PORTO PUNTSCHART, Técnico de Administração, Código 923.C, Referência 49, a partir de 19 de abril de 1978, de Secretário Administrativo, símbolo 5-F, da Procuradoria Regional, da Coordenadoria Regional de São Paulo - CR-08;

6 - MARCOS VINÍCIUS PEREIRA LEAL, Engenheiro Agrônomo, Código LT-912.B, Referência 48, a partir de 19 de abril de 1978, de Chefe da Seção de Projetos e Operações, símbolo 3-F, da Divisão Estadual Técnica da Paraíba, da Coordenadoria Regional do Nordeste Meridional - CR-03.

Nº 213 - Dispensar, a partir de 05 de março de 1979, a PALMÉRIO CÉSAR MACIEL DE CAMPOS JÚNIOR da função de confiança de Chefe do Serviço de Estudos e Projetos, Código LT-DAS-101.1, da Coordenadoria Regional do Leste Meridional - CR-07, da Tabela Permanente deste Instituto, de que trata o Decreto nº 79.973, de 14 de julho de 1977.

Nº 214 - Excluir o nome da servidora VIRGÍNIA BARBOSA DE OLIVEIRA VÍNCULA, da Portaria nº 374, de 02 de abril de 1976, publicada no Diário Oficial, Seção I, Parte II, de 07 de junho do mesmo ano. (Processo/INCRA/CR-07/RJANº 2840/78,

Nº 215 - Conceder aposentadoria, de acordo com os artigos 176, item II, e 178, item I, letra a, da Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952, com a redação



dada pela Lei nº 6.481 de dezembro de 1977,

a ELOY ALVES, matrícula nº X1.003.821, no cargo de Tesoureiro Auxiliar de 1ª Categoria, do Quadro Suplementar deste Instituto (Processo INCRA/CR-07/Nº 2.457/78).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 25, alínea "n", do Regulamento Geral, aprovado pelo Decreto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971, e da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 7º, n.º II, do Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976.

#### RESOLVE

Nº 210 - Conceder exoneração, a partir de 15 de março de 1979, a ELIAS SEFER, Engenheiro Agrônomo, do cargo em comissão de Coordenador Regional, Código DAS-101.2, da Coordenadoria Regional do Norte CR-01, do Quadro Permanente deste Instituto, de que trata o Decreto nº 79.973, de 14 de julho de 1977.

II - Revogar, a partir daquela data, as Portarias nºs 515, de 12 de junho de 1978; 578 e 588, de 23 de junho de 1978, e 1.081, de 20 de novembro de 1978.

Nº 212 - Designar BERNARDES MARTINS LINDOSO, para exercer a função de confiança de Coordenador da Coordenadoria Especial do Território de Rondônia - CETR

II - Revogar a Portaria nº 147 de 03 de março de 1978, publicada no Diário Oficial de 13 do mesmo mês e ano.

LOURENÇO VÉIEIRA DA SILVA

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

### COLÉGIO PEDRO II

PORTARIAS DE 22 DE FEVEREIRO DE 1979

O Diretor-Geral do Colégio Pedro II, usando de suas atribuições legais, na forma do Decreto-lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria Ministerial nº 597, de 28 de agosto de 1968, que aprovou o Regulamento Geral do Colégio Pedro II, resolve:

Nº 25 - Aposentar, de acordo com o artigo 176, item III, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, observando o item II, do artigo 102 da Constituição.

A Helton Velloso, matrícula número 2.054.928, no cargo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus - código M-402.3 - classe C, do Quadro Permanente desta Autarquia.

Nº 26 - Aposentar, de acordo com o artigo 176, item III, combinado com o artigo 178, item III da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952,

A Lucilla Bertulli Vieira, matrícula nº 2.057.207, no cargo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus - código M-402.3 - classe C, do Quadro Permanente desta Autarquia. - *Vandick L. da Nóbrega*.

PORTARIAS DE 28 DE FEVEREIRO DE 1979

O Diretor-Geral do Colégio Pedro II, usando de suas atribuições legais, na forma do Decreto-lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria Ministerial nº 597, de 28 de agosto de 1968, que aprovou o Regulamento Geral do Colégio Pedro II, resolve:

Nº 27 - Aposentar, de acordo com o artigo 176, item III, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, observando o item II, do artigo 102 da Constituição,

A Orlando Guimarães Coelho, matrícula nº 2.213.066, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - código NM-1006 - classe C - referência 16, do Quadro Permanente desta Autarquia.

Nº 28 - Conceder aposentadoria, de acordo com os artigos 101, item III, e 102, item I, letra "a", da Constituição, a Oldemar Ferreira dos Santos, matrícula nº 1.233.900, no cargo de Pro-

fessor de Ensino de 1º e 2º Graus - código M-402.3 - classe C, do Quadro Permanente desta Autarquia.

Nº 29 - Conceder aposentadoria, de acordo com a Lei Complementar nº 29, de 5 de julho de 1976, observando o item II do artigo 102, da Constituição,

A Yvette Alves do Rego Reich, matrícula nº 2.057.225, no cargo de Professor de Ensino Secundário, código EC-507, do Quadro Suplementar desta Autarquia. - *Vandick L. da Nóbrega*.

PORTARIA Nº 31, DE 5 DE MARÇO DE 1979

O Diretor-Geral do Colégio Pedro II, no uso de suas atribuições legais, na forma do Decreto-lei nº 245, de 28.2.67 e Portaria Ministerial nº 597, de 28.8.68, e, tendo em vista os termos do requerimento da Professora Leila Pimentel Lisboa, protocolado sob o nº 351-79, em que solicita, em caráter irrevogável, sua dispensa do emprego que exerce nesta Autarquia e considerando o disposto no item I, do art. 1º, do Decreto-lei número 779, de 21.8.79, resolve:

Dispensar, a pedido, Leila Pimentel Lisboa do Emprego de Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Código LT-M-402.3.C, da Tabela Permanente desta Autarquia, a partir da presente data, dispensado o cumprimento do Aviso Prévio, como requerido. - *Vandick L. da Nóbrega*.

PORTARIAS DE 20 DE FEVEREIRO DE 1979

O Diretor-Geral do Colégio Pedro II, usando de suas atribuições legais, na forma do Decreto-lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria Ministerial nº 597, de 28 de agosto de 1968, que aprovou o Regulamento Geral do Colégio Pedro II, resolve:

Nº 22 - Aposentar, de acordo com o artigo 176, item III, combinado com o artigo 178, item III da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Vera Pacheco Jordão, matrícula nº 1.239.080, no cargo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus - código M-402.3 - classe C, do Quadro Permanente desta Autarquia.

Nº 23 - Aposentar, de acordo com o artigo 176, item III, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, observando o item II, do artigo 102 da Constituição,

a Sylvio Xavier da Cunha, matrícula número 2.099.561, no cargo de Agente de Portaria - código TP-1202 - classe B - referência 9, do Quadro Permanente desta Autarquia.

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 91, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1979

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 12 do Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973, resolve:

Nº 24 - Declarar aposentado, compulsoriamente, a partir de 29 de agosto de 1975, de acordo com o artigo 176, item I, combinado com o artigo 187, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e observado o item II, do artigo 102 da Constituição, a Vicente Moreira, matrícula nº 1.238.780, no cargo de Agente Administrativo - código SA-801 - classe C - referência 32, do Quadro Permanente desta Autarquia. - *Vandick L. da Nóbrega*.

Designar Therezinha Araujo, ocupante do cargo de Agente Administrativo, SA-801, Classe B, Referência 30, do Quadro Permanente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para exercer a função de Secretário Administrativo, DAI-111.1, da Biblioteca Central da mesma Universidade, prevista no Anexo I da Portaria nº 1.574, de 6 de outubro de 1978, do Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) - *Homero Só Jobim*.

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

PORTARIA Nº 12.050, de 13 de fevereiro de 1979

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no exercício da Reitoria, usando de suas atribuições legais e estatutárias,

#### RESOLVE

APOSENTAR, a partir de 30 de setembro de 1978, de acordo com os artigos 101, item I, e 102, item II, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, combinados com o artigo 176, item III, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com redação dada pela Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, JOÃO RODRIGUES DE LIMA, matrícula nº 12294050, no cargo de Agente de Cinematografia, NM-1033, Classe "B", Referência 26, com proventos proporcionais calculados na base de 19/35 (dezenove trinta e cinco avos) do vencimento do cargo (Processo nº 63.136/78).

ARMANDO VALLANDRO

PORTARIA Nº 12.066, de 28 de fevereiro de 1979

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no exercício da Reitoria, usando de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o contido no Processo nº 69.379/79,

#### RESOLVE

REVOGAR os efeitos da Portaria nº 8913/76, de 29 de janeiro de 1976, que designou FERNANDO HAUBOLD, Agente Administrativo, LT-SA-801, da Tabela Permanente desta Universidade, para, em substituição, exercer a função de Secretário Administrativo do Centro de Educação Física, nos impedimentos legais ou eventuais da titular Anna de Lourdes Ferreira Pereira.

ARMANDO VALLANDRO

PORTARIA Nº 12.067, de 28 de fevereiro de 1979

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no exercício da Reitoria, usando de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o contido no Processo nº 69.379/79,

#### RESOLVE

DESIGNAR DARCY DE OLIVEIRA BELLO, Agente Administrativo, SA-801, Classe "A", Referência 25, do Quadro Permanente desta Universidade, para, em substituição, exercer a função de Secretário Administrativo do Centro de Educação Física, nos impedimentos legais ou eventuais da titular Anna de Lourdes Ferreira Pereira.

ARMANDO VALLANDRO

PORTARIA Nº 12.068, de 01 de março de 1979

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, usando da competência que lhe foi atribuída pelo item II, art. 7º do Decreto nº 77.336/76, RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido, o Professor Assistente, LT-M-401.4, AYRTON-VALLANDRO MARÇAL, do Cargo em Comissão de Pró-Reitor de Administração, código LT-DAS-101.2, constante do Quadro Permanente da Universidade Federal de Santa Maria.

DEBLY GALVÃO

PORTARIA Nº 12.069, de 01 de março de 1979

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, usando da competência que lhe foi atribuída pelo item II, art. 7º do Decreto nº 77.336/76,

RESOLVE:

DESIGNAR AYRTON VALLANDRO MARÇAL, Professor Assistente, LT-M-401.4, da Tabela Permanente desta Universidade, para exercer o Cargo em Comissão de Prô-Reitor de Assuntos Estudantis, LT-DAS-101.2, constante do Quadro Permanente da Universidade Federal de Santa Maria, criado pelo Decreto nº 77.765, de 08 de junho de 1976, publicado no Diário Oficial de 10 subsequente.

DERBLAY GALVÃO

PORTARIA Nº 12.070, de 28 de fevereiro de 1979

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, usando de suas atribuições legais e estatutárias, RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Professor Adjunto IVO RENI KERSTING, do cargo em Comissão de Prô-Reitor de Assuntos Estudantis, código DAS-101.2, integrante do Grupo Direção e Assessoramento Superior desta Universidade, a partir de 01 de março de 1979.

DERBLAY GALVÃO

## MINISTÉRIO DO TRABALHO CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA

PORTARIA Nº 01/79

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que como seu responsável administrativo, quer perante o Tribunal de Contas da União, quer perante outras Autoridades da República, cabe-lhe zelar pelo patrimônio e guarda de todos os documentos pertencentes a este Órgão, componentes do seu acervo administrativo, como processos, documentos contábeis, arquivos gerais e outros;

CONSIDERANDO que em caso de sinistro a perda total ou parcial da documentação administrativa poderá gerar condições extremamente difíceis para a Administração, além de se perder para sempre documentos históricos relacionados com a vida deste Órgão;

CONSIDERANDO o decidido na Reunião de Diretoria de 17 de fevereiro de 1979,

DETERMINA:

1. Que seja elaborado estudo para implantação de microfilmagem, segundo prescreve a Lei nº 5.433, de 8.5.68, e do Decreto nº 64.398, de 24.4.69, que a regulamentou;
2. Para atender ao item 1º, deverá o Sr. Diretor-Tesoureiro proceder ao levantamento de recursos humanos e materiais.

Brasília, 02 de março de 1979

MÁRCIO ANTONIO DA FONSECA E SILVA

## MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

### COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

PORTARIAS DE 15 DE FEVEREIRO  
DE 1979

O Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 127, item VI, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial número 419, de 8 de abril de 1975, resolve:

Nº 4 — Designar o Professor José Raymundo de Andrade Ramos, Membro da Comissão Deliberativa e Diretor Executivo, para exercer a Presidência da CNEN, por motivo de afastamento do Presidente, em missão oficial, a partir de 15 de fevereiro de 1979.

O Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 127, item I, do Regimento Inter-

no, aprovado pela Portaria Ministerial número 419, de 8 de abril de 1975, resolve:

Nº 5 — Designar o Doutor Florentino Neves Pereira de Macedo para substituir

o Doutor Manoel da Nova Castello Branco, como Membro da Junta Médica, criada pela Portaria número 02, de 7 de janeiro de 1977, que se afastará, por motivo de férias, a partir de 5 do corrente. —  
Hervásio G. de Carvalho — Presidente.

## COMPANHIA DE PESQUISAS DE RECURSOS MINERAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES  
DE RECURSOS NO EXERCÍCIO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 1978

(Expresso em milhares de cruzeiros)

O R I G E N S		
Lucro do exercício		43.052
Mais: Depreciação		73.918
Mais: Correção monetária - valor líquido		121.275
		238.245
Aumentos do passivo exigível a longo prazo		
Fundo financeiro de pesquisa		
Recursos recebidos	415.500	
Receitas financeiras	93.065	
Outros	9.504	
	518.069	
Outros	3.278	521.347
Diminuições do realizável a longo prazo		
Custo dos serviços de empreitada em andamento	24.415	
Inversões financeiras	12.170	
Custo dos empreendimentos próprios em andamento	9.540	
Outros	5.973	
	52.098	811.690
A P L I C A Ç Õ E S		
Dividendos		
Exercício de 1977	16.942	
Exercício de 1978 (Propostos)	29.368	46.310
Participação dos empregados - exercício de 1977		14.979
Aumento do realizável a longo prazo		
Fundo financeiro de pesquisa		
Pesquisas próprias	213.030	
Inversões financeiras	106.735	
Financiamentos	73.487	
	393.252	
Adiantamentos especiais	46.831	440.083
Ativo permanente (líquido)		66.496
Outros		24.136
		592.004
Aumento do capital circulante líquido		
	31.12.78	31.12.77
	1.107.302	692.792
Ativo circulante		414.510
Passivo circulante	358.387	163.563
		194.824
Capital circulante líquido	748.915	529.229
		219.686

As notas explicativas anexas, fazem parte integrante das demonstrações financeiras

(Nº 02398 - 7-3-79 - Cr\$660,00)

## EMPRESAS NUCLEARES BRASILEIRAS S. A. — NUCLEBRAS

RELATÓRIO ANUAL 1978

### 1. INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva da Empresas Nucleares Brasileiras S/A - NUCLEBRAS apresenta aos Senhores Acionistas os resultados das atividades desenvolvidas pela Empresa durante o ano de 1978.

A NUCLEBRAS, criada em 16 de dezembro de 1974, pela Lei nº 6.189, que reestruturou o setor nuclear, teve, em 1978, o seu quarto ano de atividades.

O exercício passado caracterizou-se pela intensificação das obras de construção das instalações industriais do Grupo NUCLEBRAS, bem como pelo significativo resultado obtido no terreno da prospecção e pesquisa de urânio.

A reestruturação da Empresa, aprovada em dezembro de 1977, foi implantada em 1978, visando assegurar-lhe ainda maior eficiência administrativa, planejamento coordenado de suas atividades e das de suas Subsidiárias e crescente dinamismo na implementação do Programa Nuclear Brasileiro.

Continuaram, no ritmo previsto, as atividades no âmbito do Acordo Nuclear firmado com a República Federal da Alemanha.

## 2. PROJETOS INDUSTRIAIS

As principais atividades industriais da NUCLEBRÁS estão em desenvolvimento nos seguintes locais:

- Complexo Industrial de Poços de Caldas  
(Mina e Usina de Tratamento de Minério de Urânio)
- Complexo Industrial de Resende  
(Usina de Conversão, Usina de Enriquecimento de Urânio e Fábrica de Elementos Combustíveis).
- Fábrica de Equipamentos Pesados
- Central Nuclear Almirante Alvaro Alberto  
(Angra)
- Usina Piloto de Reprocessamento de Combustíveis Irrradiados

Estas atividades vêm sendo realizadas pelas Empresas do Grupo NUCLEBRÁS, principalmente através da Diretoria Industrial e das Subsidiárias, com participação de grande número de empresas nacionais de engenharia e assistência técnica estrangeira.

As atividades mais relevantes são descritas a seguir.

### 2.1. Complexo Industrial de Poços de Caldas

O Complexo Industrial de Poços de Caldas, localizado no Município de Poços de Caldas, produzirá anualmente cerca de 500 toneladas de concentrado de urânio,  $U_3O_8$ , na forma de diuranato de amônio, e cerca de 275 toneladas de molibdato de cálcio (800t após 4 anos de operação). Será a primeira instalação industrial brasileira de produção do concentrado de urânio necessário ao Programa Nuclear Brasileiro.

O Complexo Industrial de Poços de Caldas será integrado pela Mina e pela Usina de Tratamento de Minério, esta última compreendendo as instalações de manuseio e processamento físico e as instalações de processamento químico do minério.

A jazida a ser explorada é constituída por três corpos mineralizados e sua lavra será feita a "cêu aberto", com volume total de execução de cerca de 85 milhões de metros cúbicos. A produção inicial será de cerca de 2.500 toneladas/dia de minério.

As principais atividades desenvolvidas durante o ano de 1978, em relação à implantação do Complexo Industrial de Poços de Caldas, foram:

- prosseguimento dos serviços de remoção de material estéril da Mina, cerca de 13.800.000m<sup>3</sup>, executados pela Construtora Andrade Gutierrez S.A.;
- execução de 29.000m de sondagem, no controle geológico da mineralização, pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM;
- início dos processos de compra de equipamentos, quase todos no mercado nacional.
- início das obras de construção civil pela firma Mascarenhas Barbosa Roscoe S.A. - Engenharia e Comércio.

### 2.2. Complexo Industrial de Resende

O Complexo Industrial de Resende, localizado no município de mesmo nome, no Estado do Rio de Janeiro, será integrado pela Usina de Conversão, pela Usina de Enriquecimento de Urânio e pela Fábrica de Elementos Combustíveis.

Foi iniciado o projeto de detalhamento da infra-estrutura de apoio, executado pela firma HIDROSERVICE. Prosseguiram os vários projetos de engenharia para a implantação do Complexo, bem como as obras de preparação do canteiro.

#### Usina de Conversão

A Usina de Conversão processará o concentrado de urânio (yellow cake) produzido nas minas de urânio, transformando-o em hexafluoreto de urânio ( $UF_6$ ), transformação esta necessária à etapa de enriquecimento isotópico.

O investimento previsto para implantação da Usina de Conversão é da ordem de US\$50.000.000,00 e o tempo de implantação aproximadamente de 48 meses. A capacidade inicial da Usina será de cerca de 500 t/ano, podendo ser ampliada, no futuro, para 2000 t/ano.

#### Usina de Enriquecimento

A Usina de Enriquecimento de Urânio está a cargo da NUCLEI (NUCLEBRÁS Enriquecimento Isotópico S/A), subsidiária da NUCLEBRÁS, com 25% do capital realizado pertencente às companhias alemãs STEAG e INTERATOM. O capital autorizado da empresa foi elevado para Cr\$ 2 milhões em dezembro de 1978.

A NUCLEI cumpre, no momento, a primeira fase da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio pelo processo do jato centrífugo, fase esta que corresponde à instalação da "Primeira Cascata", cujos testes operacionais estão previstos para o fim de 1981. A segunda fase consistirá na instalação do restante do equipamento necessário para a capacidade decidida, da ordem de 200t UTS/ano.

Foram concluídos todos os serviços de preparação do canteiro de obras no Complexo Industrial de Resende, tais como: sondagem, terraplanagem e drenagem da área onde será construída a Usina.

A engenharia de detalhamento de vários sistemas da Usina está sendo executada. Já foram iniciados os procedimentos de licitação para os itens cujos prazos de entrega são mais longos e negociadas as primeiras encomendas de equipamentos, tanto no País como no exterior. A contratação das obras civis está prevista para o início de 1979.

#### Fábrica de Elementos Combustíveis

Foi dada continuidade aos trabalhos de projeto da Fábrica de Elementos Combustíveis, com início do projeto executivo, pela HIDROSERVICE, no segundo semestre do ano de 1978. Também foi da do início a engenharia detalhada dos equipamentos referentes às segunda e terceira fases de montagem da Fábrica (setores de peletização e conversão, respectivamente) pela firma alemã RBU. Estes serviços de engenharia deverão estar concluídos em março de 1979 e abril de 1980, respectivamente.

Iniciaram-se e concluíram-se os serviços de terraplanagem da Fábrica - foram iniciados e concluídos pela EMPA. As obras civis tiveram início no segundo semestre do ano, tendo sido contratada a Construtora Rodrigues Lima para sua execução, sendo o término das mesmas previsto para janeiro de 1980.

Com desenhos e especificações preparadas pela RBU, iniciou-se a compra de equipamentos importados. Também foi iniciada a análise dos desenhos referentes aos equipamentos nacionais, bem como a seleção dos respectivos fornecedores brasileiros. A montagem dos equipamentos por firma nacional deverá ser iniciada em janeiro de 1980 e concluída em maio do mesmo ano.

Os engenheiros integrantes da equipe de operação foram treinados na Fábrica de Elementos Combustíveis da RBU. Em 1979, este treinamento deverá prosseguir de maneira mais intensiva e

continua até janeiro de 1980, quando terá início a montagem dos equipamentos.

### 2.3 Fábrica de Equipamentos Pesados

A implantação da Fábrica de Componentes Pesados, empreendimento a cargo da NUCLEP (NUCLEBRÁS Equipamentos Pesados S/A), subsidiária da NUCLEBRÁS, com 25% do capital pertencente ao consórcio europeu KWU-GHH-VAL, atingiu até o fim de 1978 um estágio tal que permitirá o início das operações no transcorrer de 1979.

As principais atividades podem ser resumidas da seguinte maneira:

- O projeto básico foi concluído pela Companhia Internacional de Engenharia e o projeto de detalhamento, a esta altura, já se encontra 80% concluído.
- Os serviços de terraplenagem e drenagem profunda já foram concluídos, estando em andamento os serviços de drenagem superficial e de preparação do sistema viário.
- Cerca de 95% da área do galpão principal já está totalmente pronta e já foram concluídos os serviços de montagem das estruturas do galpão auxiliar.
- Encontram-se em adiantada fase de execução as obras dos anexos dos dois galpões mencionados, tendo já sido iniciados serviços para o centro de treinamento e restaurante.
- Iniciou-se a montagem dos sistemas de utilidades (suprimento de água, oxigênio, GLP, ar comprimido), dos equipamentos elétricos, dos sistemas de drenagem e esgotos sanitários, cujo término está previsto para junho de 1979.

Começaram a ser entregues as primeiras máquinas destinadas à Fábrica que iniciou os testes de solda em fevereiro e começará a operação em agosto de 1979.

O Programa de Treinamento de Pessoal na NUCLEP vem sendo executado, simultaneamente, no Brasil e no exterior. Ao todo, deverão ser treinados no exterior 69 técnicos da NUCLEP. Atualmente, encontram-se em treinamento na Europa 34 técnicos que estão trabalhando nas instalações da KWU e da GHH (na República Federal da Alemanha) e da VAL (na Áustria).

### 2.4 Centrais Nucleares

#### ANGRÀ 1

A participação da NUCLEBRÁS com relação a Angra-1 está limitada ao fornecimento de combustível para as recargas.

#### ANGRA 2 e 3

A elaboração do projeto e a coordenação e supervisão da construção e montagem das unidades 2 e 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto foram contratadas por FURNAS com a NUCLEN-NUCLEBRÁS Engenharia S.A., empresa subsidiária da NUCLEBRÁS, da qual esta participa com 75% e a KWU com 25% no capital.

No tocante a estas unidades, a participação da NUCLEBRÁS compreende: serviços de engenharia de detalhe do projeto de construção civil, de supervisão da construção civil e da montagem eletromecânica, o que é feito por contrato entre FURNAS e a NUCLEN e o fornecimento de combustível para as cargas e as recargas, mediante contrato entre a NUCLEBRÁS e FURNAS.

Dentro do Contrato de Serviços com FURNAS, a NUCLEN, em 1978, realizou para Angra 2 e 3 serviços correspondentes à carga de 1949 homens/mês, enquanto que em 1977 atingiu 1033 homens/mês, o que representa um acréscimo de 89%. Além disso, os serviços subcontratados com as empresas nacionais de engenharia - PROMON e ENGEVIX - atingiram a marca de 987 homens/mês, enquanto que os realizados pela KWU somaram 208 homens/mês.

O Escritório da NUCLEN, no canteiro de obras de FURNAS, em Itaorna, foi inaugurado em 19 de outubro de 1978, quando a NUCLEN deu início oficial às suas atividades no canteiro, com a instalação da Coordenação Geral do Canteiro, tendo iniciado a preparação da montagem eletromecânica, esta última com começo previsto para 1979.

#### Participação da Indústria Brasileira

Como parte do Programa de Promoção Industrial, que objetiva criar condições para as empresas industriais brasileiras se capacitarem a produzir os componentes das centrais nucleares, destacavam-se as seguintes atividades:

- Ampliou-se o cadastro para cerca de 700 firmas brasileiras, das quais 235 foram diagnosticadas em profundidade, com vistas à pré-qualificação para o fornecimento de componentes para as centrais nucleares, aos níveis de qualidade requeridos. Foi editado o catálogo "Produtos e Fabricantes Nacionais", onde estão compiladas as informações do parque manufatureiro nacional.
- Tendo por objetivo aumentar o índice de participação da indústria nacional, as seguintes medidas foram tomadas:
  - Deu-se intenso suporte às firmas qualificadas pela NUCLEN para a realização de análises e ensaios de laboratório na área de desenvolvimento de materiais metálicos e processos metalúrgicos;
  - Intensificaram-se os estudos para identificar itens pertencentes ao escopo de importação cuja nacionalização seja tecnicamente viável, na área de componentes.
  - Durante o ano, foi colocada uma série de encomendas de equipamentos junto a indústrias nacionais, dando-se início à efetiva aquisição de componentes.

Considerando-se fundamental o aspecto de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da indústria nacional na área nuclear, a NUCLEN tem dado suporte às firmas nacionais nos contatos com os detentores de tecnologia e na elaboração, coordenação e análise dos 24 contratos em andamento.

### 2.5 Usina Piloto de Reprocessamento de Combustíveis Irrradiados

O projeto conceitual da Usina Piloto de Reprocessamento, iniciado em 15 de maio de 1977, foi concluído em 31 de janeiro de 1978. Os trabalhos foram realizados pelo consórcio KEWA/UHDE, na República Federal da Alemanha, contando com a participação de engenheiros da NUCLEBRÁS.

O projeto de engenharia básica e de detalhamento foi iniciado em maio de 1978 e está sendo realizado pelo consórcio firmado entre a UHDE GmbH e a INTER-UHDE Engenharia Química Ltda., conforme contrato firmado em janeiro de 1978. Onze engenheiros da NUCLEBRÁS encontram-se na Alemanha, participando, juntamente com engenheiros da UHDE, da execução do projeto.

Está em elaboração a parte do Relatório de Segurança, necessária para o início do processo de licenciamento junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), do local da Usina. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos no Brasil por engenheiros da NUCLEBRÁS.

Nas áreas de instrumentação e controle de processos, segurança nuclear, controle analítico e desenvolvimento de processos, quatro engenheiros da NUCLEBRÁS receberam treinamento nas instalações do Institut für Heisse Chemie-KfK e na Usina Alemã de Reprocessamento - WAK.

### 3. PROSPECÇÃO E PESQUISA MINERAL

O número total de projetos em execução, pela NUCLEBRÁS, elevou-se, de 26, em 1975, para 38, em 1976, 64, em 1977, atingindo 85, em 1978.

Dando continuidade aos trabalhos de levantamento aerogama espectrométricos e de reinterpretação de dados de voo, foram selecionadas e verificadas, no terreno, anomalias radiométricas, nas áreas dos projetos Itataia-CE, Bodoquena-MT, Projeto Geofísico Brasil-Canadá, Iguatu-CE, Surumu-RR, Rondonópolis-MT, Barreiro-MT, Furnas-MG, Diamantina-MG, Alto Garças-MT, Rio Acaraú-CE, Bacia de Tucano-BA, Itaberaba-Belmonte-BA e Rio Madeira-RO, cobrindo uma área total de, aproximadamente, 700.000 km<sup>2</sup>.

Ainda no âmbito da prospecção regional, continuaram os trabalhos para seleção e verificação de áreas, visando avaliar o potencial de algumas regiões brasileiras, principalmente nos domínios abrangidos pelos projetos Avaliação do Potencial Urânifero do Brasil, Bacia do Piauí-Maranhão, Encruzilhada do Sul, Carvão-DNPM, Convênio RADAM-Brasil, Rochas Alcalinas, Alcalinas da Bahia e Sapucaí.

Nas regiões de Gurupi-PA e MA, Santarém-Cachimbo-PA, Gurgueia-PI, MA e BA, Ipu-CE, Siqueira Campos-PR, Sul do Pará, Itataia-CE, Amarinópolis-GO, Campos Belos-Cavalcante-GO, Rio Preto-GO, Araguaína-GO, Espinhaço Setentrional-BA, Triunfo-PR, São Mateus-PR; Açungui-PR, Brusque-SC, Tocantina-Itacajás-GO, Santa Luzia-PB, Venturosa-PE, Serra das Gaivotas-MG, Agostinho-MG e Lagoa Real-BA, foram executadas etapas de mapeamento geológico em escala regional e de detalhe, prospecção geoquímica, geofísica terrestre, levantamento radiométrico, reconhecimento geológico, reconhecimento autoportado, topografia, aerofotogrametria, sondagens, estudos de lavra e de tratamento, poços e trincheiras e análise econômica preliminar.

O prosseguimento da pesquisa mineral não só permitiu um aumento substancial no conhecimento das jazidas de Poços de Caldas, Amarinópolis, Campos Belos, Quadrilátero Ferrífero, Figueira, Itataia e Lagoa Real, como também possibilitou um incremento significativo nas reservas brasileiras de urânio. (Quadro I).

Renovaram-se os esforços integrados de engenharia de minas, de processos, de projetos e de engenharia econômica, visando a definição de bases técnicas e parâmetros urâniferos necessários à implantação de futuros complexos mineiro-industriais em Figueira, Amarinópolis, Itataia e Quadrilátero Ferrífero, sendo concluídos os estudos de desenvolvimento de processos de extração de urânio do minério de Amarinópolis, bem como os trabalhos de desenvolvimento de processos em escala de bancada para o minério de Figueira.

No campo das pesquisas de desenvolvimento de métodos, realizaram-se 19 projetos visando ao estabelecimento de parâmetros e métodos específicos para a prospecção de urânio.

No que tange ao programa de produção industrial de instrumentos de pesquisa e análise, iniciado pela NUCLEBRÁS, em 1975, foi possível a utilização efetiva de diversos aparelhos produzidos pela indústria nacional (cintilômetros, gamaespectrômetros e perfilagem gama-elétrica). Isso permitiu, na prática, a correção de alguns problemas surgidos na utilização de rotina, contribuindo-se, assim, com sugestões importantes para modificações e/ou aperfeiçoamento nos instrumentos utilizados, objetivando o aprimoramento da indústria brasileira neste ramo de caráter bastante específico.

A NUCLAM (Nuclebrás Auxiliar de Mineração S.A.), subsidiária da NUCLEBRÁS que detém 51% do capital, e a firma alemã URANGESELLSCHAFT os 49% restantes, prosseguiu na prospecção das áreas selecionadas no Paraná/Santa Catarina e na Divisa Paraíba/Rio Grande do Norte, com resultados que já contribuíram para o aumento das reservas de urânio do Brasil. (Quadro I).

Para atender a toda esta gama de trabalhos, a NUCLAM teve aprovado um orçamento de Cr\$74.741.000,00. Deste orçamento, foram gastos Cr\$72.567.000,00 - portanto, Cr\$2.174.000,00 abaixo do orçamento.

O quadro a seguir mostra a posição atual das reservas geológicas de urânio em toneladas métricas de U<sub>3</sub>O<sub>8</sub>.

## QUADRO I

## RESERVAS GEOLÓGICAS DE URÂNIO

N U C L E B R Á S	CLASSE DE RESERVA		
	MEDIDAS E* INDICADAS	INFERIDAS**	TOTAL
1-PLANALTO DE POÇOS DE CALDAS-MG	20.000	6.800	26.800
1.1-Município de Caldas	17.200	4.600	21.800
1.2-Outras áreas do Planalto	2.800	2.200	5.000
2-FIGUEIRA -PR	7.000	1.000	8.000
3- QUADRILÁTERO FERRÍFERO - MG	5.000	10.000	15.000
4-AMORINÓPOLIS - GO	2.000	3.000	5.000
5-CAMPOS BELOS - GO	500	500	1.000
6-ITATAIA - CE	34.000	37.000	71.000
7-LAGOA REAL - BA	-	5.500	5.500
SUBTOTAL NUCLEBRÁS	68.500	63.800	132.300
N U C L A M			
8-ESPINHARAS - PB	5.000	5.000	10.000
SUBTOTAL NUCLAM	5.000	5.000	10.000
TOTAL GERAL NUCLEBRÁS NUCLAM	73.500	68.800	142.300

EQUIVALE NA NOMECLATURA DA AIEA \* RAZOAVELMENTE ASSEGURADA  
\*\* ADICIONAIS ESTIMADOS

O quadro a seguir fornece uma visão geral da produção realizada em 1978, por tipo de atividade desenvolvida:

## QUADRO II

## DADOS FÍSICOS DE PRODUÇÃO

A T I V I D A D E S	NUCLEBRÁS	NUCLAM
Aerogeofísica - (Área em km <sup>2</sup> )	750	-
(Linhas de Voo - km)	3.100	-
Prospecção Aérea e Helicóptero (Horas)	-	200
Prospecção Auto-Portada (km)	52.109	20.000
Reconhecimento Topográfico (km <sup>2</sup> )	-	-
Levantamento Radiométrico (ha)	699	-
Geofísica Terrestre (m)	131.400	-
Levantamento Topográfico (ha)	18.503	-
Topografia Linear (km)	395	-
Levantamento Acrofotogramétrico (km <sup>2</sup> )	-	-
Mapeamento Geológico de Semi-Detalhe (km <sup>2</sup> )	22.806	-
Mapeamento Geológico de Detalhe (ha)	535	-
Prospecção Química e Geoquímica - (Área em km <sup>2</sup> )	495	-
(nº de amostras)	6.681	-
Concentrado de Minerais Pesados - (nº de amostras)	-	-
Abertura de Trincheiras e Poços (m <sup>3</sup> )	1.495	-
Aberturas de Galerias (m)	140	-
Sondagem (m)	75.243	18.000
Perfilagem (m)	79.980	-
Projetos (nº de projetos)	85	-

Os investimentos realizados em 1978, em prospecção e pesquisa mineral, atingiram cerca de Cr\$337.856.000,00.

## 4. PRODUÇÃO DE MINERAIS PESADOS

A NUCLEMON deu cumprimento integral ao programa estabelecido para 1978: foi atingido novo recorde de produção, prosseguiu a exploração das atuais jazidas e, utilizando-se de recursos próprios, investiu-se na pesquisa de novas áreas, visando dispor de reservas que possibilitassem, a cada ano, o aumento da sua produção.

O quadro abaixo demonstra as produções comparadas de 1977 e 1978:

## PRODUÇÕES DA NUCLEMON - 1977/1978 - EM TONELADAS

PRODUTO	1 9 7 7.	1 9 7 8.	77/78 VARIACÃO
Ilmenita	13.268,820	20.077,470	+ 51,31
Monazita	2.441,204	2.540,868	+ 4,08
Zircônia	4.327,366	3.848,300	- 11,07
Cloreto de Terras Raras	2.527,455	2.799,141	+ 10,75
Carbonato de Terras Raras	7,210	7,440	+ 3,19
Óxido de Terras Raras	16,926	21,304	+ 25,87
Fluoreto de Terras Raras	1,901	- 0 -	- 0 -
Nitrato Ceroso	0,197	0,320	+ 62,44
Hidróxido de Óxio 90%	0,210	0,702	+ 234,29
Nitrato de Tório	14,811	12,491	- 15,66
Carbonato de Lítio	2,465	3,002	+ 21,78
Hidróxido de Lítio	136,700	98,050	- 28,27
Cloreto de Lítio	1,570	3,850	+ 145,22
Fluoreto de Lítio	1,036	2,046	+ 97,49
Fosfato Trissódico	5.428,570	5.538,861	+ 2,03
Aluminato de Sódio	1.038,750	800,262	- 22,96
Sulfato de Sódio	477,350	435,706	- 8,72
Desulfurante	6,060	3,457	- 42,95
Ilmenita - USAM (*)	2.111,250	108,532	- 94,85
Zircônia ALW	535,060	540,792	+ 1,07
Zircônia ALM	112,364	200,062	+ 78,05
Zircônia A2L	56,750	53,455	- 5,81
Zircônia A	2.141,110	1.806,822	- 15,61
Zircônia A200	1.112,614	1.838,277	+ 65,22
Zircônia AMC	17,654	31,407	+ 77,90
Zircônia ALS	8,800	15,655	+ 77,90
Zircônia Fundação	388,800	782,367	+ 101,23
Rutilo	85,250	206,955	+ 142,76

(\*) - Em 1978, a USAM deixou de beneficiar a Ilmenita como fazia em anos anteriores. A produção assinalada refere-se tão-somente à recuperação da fração de Ilmenita existente nos outros produtos recebidos da Usinas de Praia.

## 5. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Em fins de 1977, a Diretoria Executiva da NUCLEBRÁS decidiu reorganizar a Diretoria de Pesquisas e Desenvolvimento (DPD), transferindo para outras Diretorias todas as atividades que não fossem essencialmente de pesquisa e desenvolvimento. Resolveu, ainda, que o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear fosse instalado, não em um novo local, mas, pela concentração das atividades, na sede do Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR), em Belo Horizonte, o qual passou a ter aquela designação. Os demais institutos da NUCLEBRÁS passariam à subordinação da Comissão Nacional de Energia Nuclear em época oportuna.

A partir de então, a par de uma reprogramação no trabalho do CDTN, procurou-se transferir para aquele Centro as atividades em desenvolvimento no Instituto de Engenharia Nuclear (IEN) e no Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD), que estivessem abrangidos pelos objetivos do CDTN.

Simultaneamente, procurou-se ampliar a competência técnica do CDIN, de modo a adequá-lo às atividades que passariam a se desenvolver naquele Centro. Foi dada especial atenção à intensificação da cooperação com instituições similares da Alemanha - em especial, o Kernforschungsanlage (KFA), o Kernforschungszentrum Karlsruhe (KfK) e a Kraftwerk Union (KWU), as quais por sua experiência e tradição no campo nuclear, poderiam oferecer uma contribuição positiva para o estabelecimento de novos programas e para o desenvolvimento dos já existentes.

Desenvolveram-se os seguintes programas:

Reatores a Água e Reatores Avançados

Foram mantidos entendimentos com o Centro de Pesquisas de Jülich, da República Federal da Alemanha, para a realização conjunta de estudos para a utilização de tório em reatores a água pressurizada (PWR).

Ainda com o Centro de Pesquisas de Jülich e outras instituições alemãs, iniciaram-se estudos conjuntos para a utilização do calor gerado em reatores nucleares como fonte térmica para a gaseificação do carvão.

Os trabalhos de análise nuclear e termohidráulica iniciados em 1977 tiveram prosseguimento, realizando-se cálculos para o 1º ciclo de operação da Central Nuclear de Angra 2 e para a Central Nuclear Alemã BIBLIS-B.

Prosseguem as atividades em análise de acidentes, prevendo-se que, a médio prazo (2 a 3 anos), a capacidade do CDTN, nesta área, será de 100%.

Está sendo elaborado projeto de circuito termohidráulico para testes de válvulas, que se constituirá em importante dispositivo de apoio à NUCLEN e às indústrias afins. Programou-se a conclusão do projeto básico para o 1º trimestre de 1979.

Continuaram, em 1978, as experiências neutrônicas em reator subcrítico e os testes termohidráulicos em circuitos térmicos experimentais.

## Tecnologia de Materiais

Procurou-se, nesta área, consolidar uma infra-estrutura adequada às necessidades da NUCLEBRÁS. Os esforços concentraram-se no desenvolvimento de pessoal.

Registram-se já resultados promissores nesta área, com a realização de alguns testes para a NUCLEN, atendimento à pequena demanda de indústrias privadas e mantidos contatos com indústrias siderúrgicas locais, futuros fornecedores de aços à NUCLEBRÁS. Estabeleceu-se um programa de treinamento de soldadores, com a colaboração do KFA-Jülich, iniciou-se a implantação do laboratório de análise de tensões, com treinamento proporcionado pela UNICAMP e com contatos com outras instituições nacionais que atuam nesta área. Foi projetada e construída autoclave para testes estáticos em condições de reatores a água pressurizada (PWR) e elaborado o anteprojeto de um circuito hidráulico, também simulando condições de reatores PWR, para testes de corrosão e estudos relativos à química da água.

## Elemento Combustível

Iniciaram-se trabalhos para o desenvolvimento de especificações de fabricação de peças estruturais (bocais) de elementos combustíveis para reatores a água pressurizada. No âmbito do programa conjunto de irradiação de combustíveis fabricados no Brasil, pela NUCLEBRÁS, realizaram-se trabalhos para a avaliação de desempenho de combustíveis irradiados no reator experimental de Jülich-KFA. Modificou-se o processo de carregamento de pastilhas de UO<sub>2</sub> nas varetas de combustível. Iniciaram-se estudos de soldagem de tampões terminais pelo método de resistência. Foram realizadas determinações de teor isotópico em óxido de urânio recebido da República Federal da Alemanha, para implementação do programa tripartite NUCLEBRÁS/KFA-Jülich/KWU. No decorrer de 1979, deverão ser enviadas à Alemanha treze varetas experimentais para irradiação. As irradiações realizadas até o momento têm sido bem sucedidas.

## Reprocessamento

Esse programa foi transferido do Instituto de Engenharia Nuclear para o CDTN, em 1978. As atividades no exercício concentraram-se na consolidação da equipe, na reformulação das metas e prioridades e na reinstalação de parte do equipamento em laboratório provisório. Não obstante, no final do exercício já foi possível iniciar uma série de testes solicitados pela equipe da Diretoria Industrial.

## Tratamento de Rejeitos

Prosseguiram os trabalhos de montagem de sistema de evaporador para rejeitos líquidos, tendo sido realizados testes de estanqueidade, corrigindo-se pequenos defeitos, e instalados controladores de nível de temperatura. Prosseguiram também os estudos de incorporação de rejeitos em concreto.

## Enriquecimento de Urânio

No âmbito do acordo firmado com o Centro de Pesquisas de Karlsruhe - KfK, foi acertada a cessão, pelo KfK, de uma usina piloto de enriquecimento de dez estágios (processo do jato centrífugo), praticamente sem ônus para a NUCLEBRÁS. Uma equipe de seis técnicos de nível superior já se encontra na Alemanha para treinamento na operação, programação da utilização futura, desmontagem e embarque da usina piloto.

Na área de enriquecimento, cumpre ainda mencionar as atividades executadas pela coligada NUSTEP, sediada na República Federal da Alemanha, da qual 50% do capital pertence à firma alemã STEAG.

A NUSTEP, além de suas atribuições de comercializar o processo do jato centrífugo tendo licenciado a NUCLEI e o consórcio alemão de arquitetos industriais INA (STEAG/INTERATOM), é responsável pela execução dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos relacionados com o processo do jato centrífugo.

Nesta última capacidade, a NUSTEP está administrando dois programas principais, com a participação ativa de engenheiros da NUCLEBRÁS: o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (em apoio à construção da Usina de Demonstração da NUCLEI) e o Programa Tecnológico (relacionado com as futuras usinas comerciais de enriquecimento de urânio pelo processo do jato centrífugo).

## Tecnologia Mineral

Atendendo a extensa gama de serviços sob demanda da Diretoria de Recursos Minerais e da Diretoria Industrial da NUCLEBRÁS, foram realizadas em 1978, análises em mais de 84.000 amostras, correspondendo a cerca de 330.000 determinações por diferentes técnicas, tais como fluorescência de raios X, espectrografia de emissão, nêutrons retardados, espectrometria gama, via úmida etc. Foram também efetuados estudos de desenvolvimento e otimização de processos para tratamento do minério proveniente das jazidas de Figueira, Itataia, Amorinópolis. Estão em fase final os trabalhos de remodelação de moderno laboratório de mineralogia e petrografia.

## Localização e Licenciamento

Uma equipe de 20 técnicos de nível superior trabalhou ativamente no levantamento de dados e edição de Relatórios de Análise de Segurança e Estudos de Local das Unidades Industriais da NUCLEBRÁS. Podem-se citar trabalhos para o Complexo Industrial de Poços de Caldas, fábrica de Elementos Combustíveis, Usina de Reprocessamento, Complexo Industrial de Rezende. Este programa é essencial para o processo de licenciamento das unidades industriais pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

## Proteção Radiológica

A tarefa de Controle Ambiental e Proteção Radiológica das instalações do Ciclo do Combustível, anteriormente executada pelo Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD), foi rapidamente absorvida pelo CDIN. Isso foi possível graças à existência, nessa unidade, de bem instalados laboratórios e de equipes treinadas. Foi importante a colaboração da equipe do IRD, da qual alguns membros se transferiram para o CDIN. A prestação de serviços de dosimetria individual, além de atender à demanda interna, continuou a atender à demanda externa, serviço prestado tradicionalmente pelo CDIN à indústria e hospitais locais.

## Aplicação das Radiações

A experiência acumulada pela NUCLEBRÁS nesta área é bastante grande, única em alguns casos.

Foram concluídos vários estudos para a PORTOBRÁS: ondas e correntes ao largo da SUAPE, Pernambuco; estudos sedimentológicos ao largo do Porto de Recife; estudos sedimentológicos ao largo de Natal; estudo de sedimentos finos em suspensão ao largo do Porto de Recife. A PORTOBRÁS também solicitou serviços à NUCLEBRÁS para estudo da dispersão de efluentes da fábrica de amônia-uréia, no estuário do Rio Sergipe e serviços de menor porte, como a localização de obstrução de oleodutos.

## 6. PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Tendo em vista decisão da Diretoria Executiva, foi implantada, a partir de janeiro de 1978, a Diretoria de Planejamento e Coordenação, com o objetivo de dar maior ênfase e sistematização aos trabalhos de planejamento, coordenação, acompanhamento e supervisão das atividades em desenvolvimento ou por desenvolver na NUCLEBRÁS e nas suas Subsidiárias.

Foram executadas as seguintes atividades principais:

Na área de Planejamento:

- participação no Grupo de Trabalho do MME para a elaboração do Balanço Energético Nacional de 1978;
- realização de estudos sobre a dimensão do Programa Nuclear e estratégias de reatores;
- realização de estudos sobre atendimento das demandas do ciclo do combustível nuclear;
- desenvolvimento de um banco de dados objetivando o cálculo mecanizado dos custos de geração nuclear e de todos os custos que contribuem para o mesmo;
- desenvolvimento do "Projeto Simulador" e da implantação, no Brasil, do "Centro Avançado de Treinamento de Operadores de Reatores";
- elaboração, em conjunto com a CNEN e FURNAS, de uma "Norma de Licenciamento de Operadores de Reatores Nucleares";

Na área de Normalização e Fiscalização:

- participação no Grupo de Trabalho da SG-CSN para tratar do problema de Segurança de Instalações Nucleares;
- estudos de organização e providências para a implantação do Instituto Brasileiro para a Qualidade Nuclear - IBQN e da Fundação Brasileira para a Qualidade Industrial - FBQI, incluindo a elaboração de minutas de Estatutos;
- complementação do Curso de Treinamento em Garantia da Qualidade iniciado em 1977, com a apresentação de cursos pela equipe do STAT-A-MATRIX; de um total de 521 participantes do Curso, foram aprovados 432; e dos 37 que se submeteram ao exame da American Society for Quality Control, 16 receberam o título de "Certified Quality Engineer".

Na área de Informática, foi discutido, e finalmente assinado, em 10 de outubro de 1978, um Convênio de assistência técnica entre a CNEN e a NUCLEBRÁS para a implantação, na NUCLEBRÁS, de Sistema de Informação Técnica, nos moldes do Centro de Informações Nucleares da CNEN.

## 7. RECURSOS HUMANOS

No conjunto das medidas que objetivam a transferência de tecnologia, mereceram especial cuidado as atividades de formação e especialização de recursos humanos.

Nesse sentido, 176 técnicos de nível superior foram enviados ao exterior, para treinamento nos campos de engenharia de reatores, componentes pesados, fabricação de elementos combustíveis, enriquecimento isotópico, reprocessamento, proteção e segurança radiológica, pesquisa e desenvolvimento técnico-científico, garantia de qualidade, e prospecção, pesquisa mineral, lavra e beneficiamento.

O treinamento está sendo realizado nas empresas participantes do Acordo Brasil-Alemanha e em instituições de pesquisa e instalações industriais de países onde se pratica uma tecnologia avançada.

Ainda no campo de treinamento, foram assinados os contratos com a firma francesa LMT (Le Materiel Telephonique) para desenvolvimento do Projeto do Simulador, e com a KWU, empresa alemã consorciada, para fornecimento dos dados técnicos da central e dos equipamentos da sala de controle.

O Simulador reproduz todas as operações do funcionamento de uma Usina Nuclear, em condições normais, anormais ou de acidentes. Os trabalhos de construção estão sendo acompanhados, no local, por seis técnicos de nível superior da NUCLEBRÁS.

No Brasil, foram enfatizados os Cursos de Especialização em Tecnologia Nuclear, em nível de pós-graduação, realizados sob o patrocínio e acompanhamento da NUCLEBRÁS, através de convênios com as Universidades Federais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que especializaram 92 engenheiros, físicos e químicos, os quais ingressaram posteriormente nos quadros da Empresa e de suas Subsidiárias.

O quadro abaixo indica as atividades de formação e especialização de recursos humanos na área nuclear, desenvolvidas sob a responsabilidade ou com a participação da NUCLEBRÁS, desde 1974:

ANO	1974	1975	1976	1977	1978	TOTAL
<b>BRASIL</b>						
Número de participantes						
Especialização em Tecnologia Nuclear		71	76	73	101	321
Garantia da Qualidade	135	57	-	95	-	287
Prospecção e Pesquisa Mineral	-	-	28	33	42	103
Treinamento em Indústrias	14	8	54	33	14	123
<b>TOTAL NO BRASIL</b>	<b>149</b>	<b>136</b>	<b>158</b>	<b>234</b>	<b>157</b>	<b>834</b>
<b>EXTERIOR</b>						
Número de participantes						
Engenharia de Reatores	3	10	17	26	51	107
Componentes Pesados	-	-	-	-	41	41
Fábrica de Elementos Combustíveis	4	10	3	3	10	30
Enriquecimento	-	4	-	3	11	18
Reprocessamento	3	2	2	2	9	18
Radioproteção e Segurança	1	1	4	3	3	12
Pesquisa e Desenvolvimento	15	9	4	3	9	40
Prospecção, Pesquisa Mineral, Lavra e Beneficiamento	-	1	7	18	49	75
<b>TOTAL NO EXTERIOR</b>	<b>26</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>58</b>	<b>183</b>	<b>341</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>175</b>	<b>173</b>	<b>195</b>	<b>292</b>	<b>340</b>	<b>1.175</b>

Para a realização de suas tarefas, a NUCLEBRÁS contou, ao final de 1978, com um efetivo de 2.650 empregados. Destes, 1016 são técnicos de nível superior, 734 dos quais dedicados à atividade-fim, e 1.128 são empregados de nível médio, empenhados em atividades técnico-administrativas.

A evolução do efetivo de pessoal da NUCLEBRÁS, nos últimos cinco anos, excluídas suas Subsidiárias, pode ser vista no quadro abaixo:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DE PESSOAL DA NUCLEBRÁS					
ANO	1974	1975	1976	1977	1978
NÚMERO DE EMPREGADOS	1576	1998	2033	2262	2650

#### 8. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cumprindo o programa de modernização e dinamização dos métodos e processos administrativos, foi concluída a elaboração de novos Planos e Cargos e Salários, que mereceram aprovação do Conselho Nacional de Política Salarial.

Tais Planos, integrando o Sistema de Classificação, Avaliação e Remuneração de Cargos, implantados a partir de 19 de março de 1978, têm permitido cumprir a finalidade de recrutamento de pessoal categorizado e a de retenção, na Empresa, de seus quadros técnicos, não somente por representar as condições gerais do mercado de salários, mas, especialmente, por oferecer perspectivas de desenvolvimento profissional e realização pessoal.

Ainda no exercício de 1978, procurando melhor assistir seu pessoal, foi implantado na NUCLEBRÁS o Plano de Assistência Suplementar à Saúde, compreendendo as atividades de Higiene e Medicina do Trabalho e de Medicina Assistencial, abrangendo a última os empregados e seus familiares.

Com o mesmo objetivo assistencial, foi instituído pela Empresa, no final de 1978, o NUCLEOS - Instituto Nuclebrás de Seguridade Social, entidade de Previdência Privada, nos termos da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, cuja criação foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada em 20 de dezembro de 1978.

O NUCLEOS, que deverá funcionar no 2º trimestre de 1979, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, a ser mantida, em regime de co-participação, pela NUCLEBRÁS, pelas suas Subsidiárias e Coligada, e pelos seus empregados, objetivando assegurar a estes a suplementação das prestações proporcionadas pela Previdência Social oficial (INPS), em termos de aposentadoria por tempo de serviço, invalidez, velhice e especial, de pensão, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão e abono anual.

Além dos mencionados benefícios, concedidos diretamente pelo NUCLEOS e por ele suportados, serão por seu intermédio administrados os serviços médicos e assistenciais, já proporcionados ou que venham a ser estabelecidos pelas patrocinadoras, bem como programas de lazer e de bem-estar social.

#### 9. ATIVIDADES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

A execução do programa de trabalho da NUCLEBRÁS, no seu quarto ano de atividades, é demonstrada pelos principais aspectos econômico-financeiros que se seguem.

O capital subscrito e integralizado da Empresa foi elevado, de Cr\$281.522.412,00 para Cr\$1.675.058.350,00, mediante incorporação de reservas disponíveis no valor de Cr\$197.065.688,00 e subscrição particular no valor de Cr\$1.196.470.250,00, em que a União, como acionista majoritária, cobriu praticamente o total desta chamada de capital, através da absorção de créditos anteriormente concedidos com esta finalidade.

O acréscimo real no ativo da NUCLEBRÁS, ou seja, exclusiva a influência da correção monetária prevista pela Lei nº 6.404, de 15.12.76 - Lei das Sociedades Anônimas - foi da ordem de Cr\$7.735 milhões, tendo sido coberto por um acréscimo no endividamento de Cr\$6.890 milhões, por créditos da União para aumento de capital no valor de Cr\$504 milhões e por subvenções para investimento no total de Cr\$341 milhões.

Em decorrência da fase de investimentos em que se encontra a NUCLEBRÁS, todos os custos e despesas incorridas, bem como as receitas eventuais, foram diferidas para reconhecimento nos resultados de exercícios futuros, a partir da entrada em regime normal de operação dos projetos.

A NUCLEBRÁS e suas Subsidiárias/Coligada realizaram dispendios com investimentos e para cobertura de despesas operacionais, que atingiram, no exercício, o montante de Cr\$5.480,8 milhões, sendo Cr\$3.026,6 milhões realizados pela NUCLEBRÁS em seus projetos próprios e Cr\$2.454,2 milhões pelas Subsidiárias/Coligada.



DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM Cr\$ mil	
	1978	1977
	<b>1. PROJETOS PRÓPRIOS DA NUCLEBRÁS</b>	<b>3.026.580</b>
1.1 Prospecção e Pesquisa de Minérios Nucleares e Associados	337.856	299.027
1.2 Pesquisa Tecnológica	220.116	255.032
1.3 Complexo Industrial de Poços de Caldas	1.355.490	395.000
1.4 Fábrica de Elemento Combustível	5.790	31.958
1.5 Usina de Reprocessamento de Combustível Irrradiado	44.503	28.197
1.6 Infra-Estrutura de Projetos Industriais - Complexo Industrial de Resende	54.646	42.370
1.7 Usina de Conversão	156	-
1.8 Importação de Combustível Nuclear	994.463	-
1.9 Projeto Simulador	13.560	-
<b>2. SUBSIDIÁRIAS E COLIGADA</b>	<b>2.454.185</b>	<b>1.069.399</b>
2.1 NUCLAM - NUCLEBRÁS Auxiliar de Mineração S/A - Prospecção e Pesquisa de Urânio	72.567	28.565
2.2 NUCLEN - NUCLEBRÁS Engenharia S/A - Serviços de Engenharia para Usinas Nucleares e Projetos relacionados	570.700	331.000
2.3 NUCLEP - NUCLEBRÁS Equipamentos Pesados S/A - Fábrica de Componentes Pesados para Usinas Nucleares	1.169.069	303.713
2.4 NUCLEI - NUCLEBRÁS Enriquecimento Isotópico S/A - Usina de Demonstração de Enriquecimento de Urânio	278.391	186.117
2.5 NUSTEP ENTWICKLUNGS UND PATENTVERWERTUNG - GESELLSCHAFT mbH & Co KG - Desenvolvimento da Tecnologia de Enriquecimento de Urânio	152.104	67.726
2.6 NUCLEMON - NUCLEBRÁS de Monazita e Associa dos Ltda. - Pesquisa, Lavra e Industrialização de Minerais que contenham elementos nucleares	211.354	152.278
<b>TOTAL</b>	<b>5.480.765</b>	<b>2.120.983</b>

Em 1978, a NUCLEBRÁS e suas Subsidiárias/Coligada receberam e movimentaram recursos no valor de Cr\$5.481 milhões contra Cr\$2.139 milhões em 1977, conforme o quadro a seguir:

RECURSOS	APLICAÇÕES	Valor em Cr\$ mil	
		1978	1977
<b>1. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO</b>		<b>1.073.073</b>	<b>1.261.491</b>
1.1 Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	Programa de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear.	177.353	83.774
1.2 Lei 5876 - Plataforma Continental	Formação de Estoques de Materiais Nucleares.	72.771	-
1.3 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.	Desenvolvimento da Tecnologia de Reatores e Combustíveis Nucleares.	59.850	15.400
1.4 Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos - IULCLG	Prospecção de Minérios Nucleares.	259.599	295.617
1.5 Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas - FDAE	Participação da União no capital da NUCLEBRÁS		58.900
1.6 Secretaria Geral do Ministério das Minas e Energia - SG/MME	Participação da União no capital da NUCLEBRÁS	241.000	212.800
1.7 Fundo Nacional de Desenvolvimento-FND	Participação da União no capital da NUCLEBRÁS	262.500	595.000

2. RECURSOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		
	3.095.817	268.422
2.1 Banco do Brasil S/A - Contrato de Financiamento		
Desenvolvimento da Tecnologia de Enriquecimento de urânio através do processo jato centrífugo na Alemanha	106.060	94.731
2.2 Crédit Chimique-França - Contrato de Crédito à Exportação		
Construção da Usina de Tratamento de Minério de Urânio em Poços de Caldas.	10.190	14.732
2.3 Consórcio de Bancos Liderados pela Compagnie Luxembourgeoise de la Dresdner Bank AG - Contrato de Empréstimo em moeda		
Cobertura do sinal do contrato de Fabricação de Elementos Combustíveis para as Unidades 2 e 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.	75.520	
2.4 Consórcio de Bancos Liderados pelo Barclays Bank International Ltd - Contrato de empréstimo em moeda		
Financiamento do sinal de 6% dos Serviços de Enriquecimento de Urânio a serem prestados pela URENCO Ltd. e de prêmio de seguro junto ao ECGD.	474.050	
2.5 Consórcio de Bancos Liderados pela Compagnie Luxembourgeoise de la Dresdner Bank AG - Contrato de Empréstimo em moeda		
Cobertura de custos locais relativos a projetos do Programa Nuclear Brasileiro	484.500	
2.6 Consórcio de Bancos Liderados pela Compagnie Luxembourgeoise de la Dresdner Bank AG - Contrato de Empréstimo em moeda		
Financiamento do sinal referente à aquisição de equipamentos para a NUCLEP-NUCLEBRÁS Equipamentos Pesados S/A.	85.994	
2.7 Westdeutsche Landesbank International S/A - Luxemburgo - Contrato de Empréstimo em moeda		
Capital de Giro	-	128.000
2.8 Crédit Chimique-França - Contrato de empréstimo em moeda		
Construção da Usina de Tratamento de Minério de Urânio em Poços	-	17.719
2.9 Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro-Contrato de Financiamento		
Equipamentos Nacionais para a NUCLEP-NUCLEBRÁS Equipamentos Pesados S/A.	96.341	13.240
2.10 Banco Boavista S/A - Contrato de Financiamento		
Equipamentos Nacionais para o Complexo Industrial de Poços de Caldas	5.785	-

2.11 FINEP-Financiadora de Estudos e Projetos	Cobertura de 80% do Contrato de Engenharia relativo à Fábrica de Elementos Combustíveis.	9.7435	Consórcio de bancos liderado pelo Dresdner Bank AG	Financiamento de 50% de 90% do valor do Contrato de Fabricação de Elementos Combustíveis, firmado entre a NUCLEBRÁS e a KWU, para a Unidade 1 de Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto. - Contrato assinado em 07.08.78.	DM	21.000																																																												
2.12 FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	Serviços de Engenharia Nacionais contratados pela NUCLEP NUCLEBRÁS Equipamentos Pesados.	27.431	Kreditanstalt fuer Wiederaufbau	Financiamento de 50% de 90% do valor do Contrato de Fabricação de Elementos Combustíveis, firmado entre a NUCLEBRÁS e a KWU, para a Unidade 1 de Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto. - Contrato assinado em 07.08.78.	DM	21.000																																																												
2.13 Operações com Notas Promissórias no Mercado Financeiro Nacional	Substituição de Recursos (para cobertura de custos locais) do empréstimo de US\$110 milhões junto ao Westdeutsche Landesbank International, retido no Banco Central conforme Resolução BACEN 479/78.	1.597.500	Société Générale	Linha de Crédito para o financiamento de 85% dos equipamentos e serviços a serem contratados junto a fornecedores franceses para o Complexo Industrial de Poços de Caldas. - Contrato assinado em 11.08.78.	US\$	110.000																																																												
2.14 AKA-Ausfuhrkredit Gesellschaft mbH-Contrato de Crédito à Exportação	Equipamentos para a NUCLEP -NUCLEBRÁS Equipamentos Pesados S/A	59.214	AKA-Ausfuhrkredit-Gesellschaft mbH, tendo como intermediário o Dresdner Bank AG	Financiamento para cobertura de 80% do Contrato de Engenharia relativo à Usina Piloto de Reprocessamento. - Contrato assinado em 11.12.78.	DM	17.050																																																												
2.15 KFW-Kreditanstalt fur Wiederaufbau - Contrato de Crédito à Exportação.	Equipamentos para a NUCLEP -NUCLEBRÁS Equipamentos Pesados S/A	59.214	Kreditanstalt fuer Wiederaufbau	Financiamento para cobertura de 50% de 85% do Contrato de Engenharia relativo à Usina Piloto de Reprocessamento. - Contrato assinado em 11.12.78.	DM	17.050																																																												
2.16 Urangesellschaft - Financiamento do Sôcio - Liberação de 20% do empréstimo de DM 2 milhões retidos no Banco Central do Brasil /Resolução 479/78)	Cobertura de investimentos da NUCLAM-NUCLEBRÁS Auxiliar de Mineração S/A	4.583	Consórcio de bancos liderado pela Compagnie Luxembourgeoise de la Dresdner Bank AG	Empréstimo para cobertura de diversos projetos do Programa Nuclear Brasileiro. - Contrato assinado em 04.09.78.	US\$	75.000																																																												
3. RECURSOS RECEBIDOS DOS SÓCIOS	Adiantamento para aumento de capital das Subsidiárias	129.592 52.157	Urangesellschaft mbH & Co. KG	Financiamento do Programa de Exploração e Produção de Concentrado de Urânio a cargo da Nuclebrás Auxiliar de Mineração S.A. - NUCLAM. - Contrato assinado em 15.12.78.	DM	5.000																																																												
4. RECURSOS RECEBIDOS DE OUTROS ACIONISTAS DA NUCLEBRÁS	Subscrição de capital	385	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	Financiamento para cobertura de 80% do Contrato de Engenharia relativo à Fábrica de Elementos Combustíveis. - Contrato assinado em 16.06.78.	Cr\$	10.685																																																												
5. DOAÇÃO - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO	Projeto Simulador de Centrais Nucleares	8.965	Banco Boavista S.A.	Financiamento de Equipamentos Nacionais para o Complexo Industrial de Poços de Caldas através da FINEP. - Contrato assinado em 20.07.78.	Cr\$	Letras de crédito até 1.100.000																																																												
6. RECEITAS OPERACIONAIS - SUBSIDIÁRIAS		486.180 249.358	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	Financiamento para cobertura parcial dos serviços de engenharia contratados com a Tecnometal para a NUCLEP - Nuclebrás Equipamentos Pesados-S.A. - Contrato assinado em 18.08.78.	Cr\$	46.600																																																												
7. RECEITAS EVENTUAIS		389.052 307.441	FINAME - RJ-Rio.	Financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos para a NUCLEP - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Contrato assinado em 12.12.78.	Cr\$	352.405																																																												
8. INGRESSOS DIVERSOS E SALDO CAIXA		297.701	<b>BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978 E 1977</b> (Expresso em milhares de cruzeiros)																																																															
9. TOTAL (1+2+3+4+5+6+7+8)		5.480.765 2.138.869	<table border="1"> <thead> <tr> <th>ATIVO</th> <th>1978</th> <th>1977 (Reclassificado)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>CIRCULANTE</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>Caixa e Bancos</td><td>17.510</td><td>7.920</td></tr> <tr><td>Aplicações Financeiras</td><td>172.512</td><td>397.544</td></tr> <tr><td>Contas a Receber</td><td>98.959</td><td>12.987</td></tr> <tr><td>Custo dos Serviços em Andamento</td><td>57.626</td><td>104.878</td></tr> <tr><td>Depósitos Compulsórios para Importações</td><td>26.288</td><td>24.658</td></tr> <tr><td>Depósitos em Moeda Estrangeira - Circular nº 349 - BACEN</td><td>3.736.739</td><td></td></tr> <tr><td>Depósitos em Moeda Estrangeira - Circular nº 349 - BACEN</td><td>76.161</td><td>14.740</td></tr> <tr><td>Créditos Diversos</td><td>9.036</td><td></td></tr> <tr><td>Despesas do Exercício Seguinte</td><td>4.195.032</td><td>562.767</td></tr> <tr><td>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</td><td>1.605.589</td><td>359.046</td></tr> <tr><td>Financiamentos às Controladas</td><td>540.326</td><td>240.322</td></tr> <tr><td>Adiantamentos às Controladas e Coligada para Aumento de Capital</td><td>27.715</td><td>5.258</td></tr> <tr><td>Créditos Diversos</td><td>2.173.630</td><td>604.626</td></tr> <tr><td>PERMANENTE</td><td>654.473</td><td>344.456</td></tr> <tr><td>Investimentos</td><td>1.551.311</td><td>331.047</td></tr> <tr><td>Imobilizado</td><td>3.849.954</td><td>1.164.179</td></tr> <tr><td>Diferido</td><td>5.855.738</td><td>1.839.882</td></tr> <tr><td></td><td>12.224.400</td><td>3.007.075</td></tr> </tbody> </table>				ATIVO	1978	1977 (Reclassificado)	CIRCULANTE			Caixa e Bancos	17.510	7.920	Aplicações Financeiras	172.512	397.544	Contas a Receber	98.959	12.987	Custo dos Serviços em Andamento	57.626	104.878	Depósitos Compulsórios para Importações	26.288	24.658	Depósitos em Moeda Estrangeira - Circular nº 349 - BACEN	3.736.739		Depósitos em Moeda Estrangeira - Circular nº 349 - BACEN	76.161	14.740	Créditos Diversos	9.036		Despesas do Exercício Seguinte	4.195.032	562.767	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.605.589	359.046	Financiamentos às Controladas	540.326	240.322	Adiantamentos às Controladas e Coligada para Aumento de Capital	27.715	5.258	Créditos Diversos	2.173.630	604.626	PERMANENTE	654.473	344.456	Investimentos	1.551.311	331.047	Imobilizado	3.849.954	1.164.179	Diferido	5.855.738	1.839.882		12.224.400	3.007.075
ATIVO	1978	1977 (Reclassificado)																																																																
CIRCULANTE																																																																		
Caixa e Bancos	17.510	7.920																																																																
Aplicações Financeiras	172.512	397.544																																																																
Contas a Receber	98.959	12.987																																																																
Custo dos Serviços em Andamento	57.626	104.878																																																																
Depósitos Compulsórios para Importações	26.288	24.658																																																																
Depósitos em Moeda Estrangeira - Circular nº 349 - BACEN	3.736.739																																																																	
Depósitos em Moeda Estrangeira - Circular nº 349 - BACEN	76.161	14.740																																																																
Créditos Diversos	9.036																																																																	
Despesas do Exercício Seguinte	4.195.032	562.767																																																																
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.605.589	359.046																																																																
Financiamentos às Controladas	540.326	240.322																																																																
Adiantamentos às Controladas e Coligada para Aumento de Capital	27.715	5.258																																																																
Créditos Diversos	2.173.630	604.626																																																																
PERMANENTE	654.473	344.456																																																																
Investimentos	1.551.311	331.047																																																																
Imobilizado	3.849.954	1.164.179																																																																
Diferido	5.855.738	1.839.882																																																																
	12.224.400	3.007.075																																																																

3. RECURSOS RECEBIDOS DOS SÓCIOS	Adiantamento para aumento de capital das Subsidiárias	129.592 52.157
4. RECURSOS RECEBIDOS DE OUTROS ACIONISTAS DA NUCLEBRÁS	Subscrição de capital	385
5. DOAÇÃO - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO	Projeto Simulador de Centrais Nucleares	8.965
6. RECEITAS OPERACIONAIS - SUBSIDIÁRIAS		486.180 249.358
7. RECEITAS EVENTUAIS		389.052 307.441
8. INGRESSOS DIVERSOS E SALDO CAIXA		297.701
9. TOTAL (1+2+3+4+5+6+7+8)		5.480.765 2.138.869

Em decorrência de negociações desenvolvidas, a NUCLEBRÁS e Subsidiárias/Coligada realizaram, no ano de 1978, operações de crédito externas, num total aproximado de US\$482,3 milhões, tendo a NUCLEBRÁS assinado dez contratos no valor aproximado de US\$478,7 milhões, bem como contratos com a FINEP no valor de Cr\$10,7 milhões e com a FINAME no valor de Cr\$100 milhões. A subsidiária NUCLAM teve 2 contratos assinados com a empresa alemã URANGESSELLSCHAFT, sócia da NUCLEBRÁS nesta subsidiária, no montante de DM 7 milhões, enquanto que a NUCLEP assinou financiamentos junto à FINAME e à FINEP nos montantes de Cr\$352,4 milhões e Cr\$46,5 milhões, respectivamente.

NOME DO FINANCIADOR	OBJETIVO DO CONTRATO	MOEDA	VALOR (MIL)
Consórcio de Bancos liderado pelo Barclays Bank International Ltd.	Financiamento de 6% dos serviços de enriquecimento a serem prestados pela URENCO LTD, e de prêmio de seguro junto ao ECGO. - Contrato assinado em 14.03.78.	US\$	25.000
Urangesellschaft mbH & Co. KG	Financiamento do Programa de Exploração e Produção de Concentrado de Urânio a cargo da Nuclebrás Auxiliar de Mineração S.A. - NUCLAM. - Contrato assinado em 13.06.78.	DM	2.000
Banco do Brasil S.A. - Bruxelas	Financiamento do desenvolvimento de tecnologia de enriquecimento de urânio através do processo "jato centrífugo". - Contrato assinado em 20.07.78.	DM	12.000
S.G. Warburg & Co. Ltd.	Financiamento de 85% dos serviços de enriquecimento a serem prestados pela URENCO LTD. - Contrato assinado em 25.07.78.	US\$	200.000

PASSIVO	1978	1977 (Reclassificado)
CIRCULANTE		
Fornecedores	214.425	58.916
Créditos de Controladas	7.698	18.405
Contribuições Sociais e Trabalhistas	9.777	16.917
Instituições Financeiras	2.089.007	137.689
(-) Juros a Vencer	180.160	
Outras Obrigações	171.897	80.017
	2.336.444	289.944
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Instituições Financeiras	5.817.051	422.864
Outras Obrigações em Moeda Estrangeira		46.118
	5.817.051	468.982
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Autorizado	4.000.000	4.000.000
(-) Capital a ser Subscrito	2.324.942	3.718.478
Capital Subscrito e Integralizado	1.675.058	281.522
Reservas de Capital	2.083.409	898.082
Reservas de Lucros	34.541	4.035
Lucros Acumulados	21.383	15.430
	3.814.391	1.299.049
Créditos da União para Aumento de Capital	256.514	949.100
	4.070.905	2.248.149
	12.224.400	3.007.075

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

PAULO NOGUEIRA BATISTA  
Presidente

EDUARDO CALMON COSTA  
Diretor

JOHN HILHE ALBUQUERQUE FORRAN  
Diretor

NEY FREIRE DE OLIVEIRA JUNIOR  
Diretor

GERALDO MOREIRA DE OLIVEIRA  
Diretor

LUIZ HERACLITO AUGUSTO MOREIRA  
Diretor

PAULO ROBERTO DE MOURA  
TC - 011.058-5-RJ-S-DF-424  
CPF - 039.512.007-15

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

NOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978 E 1977

(Expresso em milhares de cruzeiros)

	1978	1977 (Reclassificada)
<b>ORIGENS</b>		
Recursos de Financiamentos a Longo Prazo	4.872.517	328.020
Subvenções para Investimentos	341.348	198.383
Créditos da União para Aumento do Capital	503.500	866.700
Depreciação	11.450	12.695
Manutenção do Capital de Giro	-	87.721
Alienação de Investimentos e Imobilizados	-	1.529
Outras Líquidas (deduzidas de Cr\$ 23.364 de aplicações)	5.887	-
	<u>5.734.502</u>	<u>1.495.048</u>
<b>APLICAÇÕES</b>		
Aumento do Imobilizado	1.018.835	73.741
Aumento do Diferido	1.703.778	700.698

	1978	1977
Aumento dos Financiamentos a Longo Prazo e Coligada	1.049.958	358.046
Aumento dos Adiantamentos para Futura Incorporação no Capital de Controladas e Coligada	312.624	86.578
Aumento de Outros Realizações a Longo Prazo	17.424	2.928
Redução de Outras Exigibilidades a Longo Prazo	46.116	-
Aumento dos Investimentos	-	157.802
Outras	5.130.379	7.555
	<u>4.146.737</u>	<u>1.388.348</u>
Variação no Capital Circulante	1.585.765	108.702
	<u>5.732.502</u>	<u>1.497.050</u>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	3.632.265	308.885
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	2.046.500	202.983
	<u>1.585.765</u>	<u>108.702</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FIMDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978 E 1977

(Expresso em milhares de cruzeiros)

	CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS				CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
		CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	OUTRAS CORREÇÕES MONETÁRIAS	SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	LEGAL	ENVOVIMENTO DO PROGRAMA DE TECNOLOGIA NUCLEAR	ESPECIAL DE INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA	LUCROS ACUMULADOS		
SALDOS EM 31.12.77 (Reclassificados)	281.522	-	327.309	670.753	2.034	2.001	-	15.430	949.100	2.248.149
- Ajuste de Abertura dos Investimentos em Controladas	-	-	-	-	-	-	21.319	-	-	21.319
- Recursos e Subvenções Obtidos	-	-	-	341.348	-	-	-	-	-	341.348
- Créditos da União para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	503.500	503.500
- Aumento do Capital	1.393.536	-	(197.065)	-	-	-	-	-	(1.198.086)	385
- Ajuste do Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	265	-	265
- Correção Monetária	-	173.425	488.543	299.096	737	725	7.725	5.688	-	955.939
SALDOS EM 31.12.78	1.675.058	173.425	598.787	1.311.197	2.771	2.726	29.044	21.383	256.514	4.070.905

Em 31 de dezembro de 1978 o capital subscrito e integralizado estava representado por 983.819 mil ações ordinárias e 691.240 mil ações preferenciais, ao portador e nominativas no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

(Valores expressos em milhares de cruzeiros)

NOTA 1 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela companhia para elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência para registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime exige o reconhecimento das receitas, dos custos e das despesas na ocasião em que são ganhos ou incorridos, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

A empresa encontra-se em fase pré-operacional. Nessa circunstância, todos os custos e despesas incorridos, bem como as receitas decorrentes de atividades de natureza eventual tais como as decorrentes de aplicações financeiras e as relativas a serviços prestados à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, estão sendo diferidas para reconhecimento nos resultados de exercícios futuros, a partir da entrada em regime normal de operações.

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos constantes da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações, obedecidas ainda, no que se aplicam, as normas contidas na Instrução nº 1 da Comissão de Valores Mobiliários.

Segregação de prazos de realizáveis e exigíveis

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazos inferiores a 360 dias estão classificados como circulantes.

Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras são reconhecidos mediante o registro da correção monetária sobre o ativo permanente e o patrimônio líquido, baseada nas variações de valor das ORTN. O resultado líquido dessa correção está sendo diferido para ser amortizado quando do início das operações da companhia. Os demais ativos e passivos susceptíveis de correções monetárias ou de ajustamentos por variação cambial são também corrigidos e, da mesma forma, os respectivos resultados líquidos são registrados em conta do ativo diferido para amortização contra os resultados de exercícios futuros.

Critérios de avaliação

a) As aplicações financeiras, representadas, basicamente, por títulos vinculados ao mercado aberto e por obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional, estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do encerramento do exercício.

b) Os depósitos em moeda estrangeira - Circular nº 349 BACEN estão ajustados à taxa de câmbio de compra do valor correspondente em dólares norte-americanos em vigor na data do balanço.

c) Os investimentos decorrentes de participações societárias em controladas e o relevante em coligada estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados ao custo corrigido.

d) Os valores correspondentes aos ajustes apurados na avaliação dos investimentos por ocasião do balanço de abertura do exercício iniciado em 1º de janeiro de 1978 foram tratados como segue:

1. Com o perdas permanentes aquelas que correspondem aos investimentos nas controladas NUCLAM e NUCLEN e, como tais, registradas no ativo diferido para amortização em até quatro exercícios.

2. Com o ágio, o correspondente ao investimento na coligada da NUSTEP GmbH & Co KG. A forma de amortização do ágio será determinada no futuro, quando do término do projeto que ora se encontra em andamento, a cargo da coligada.

e) O imóvel está registrado ao custo de aquisição ou construção corrigido. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil-econômica dos bens e são apropriadas parcialmente em contas do ativo diferido e do imobilizado (obras em andamento).

f) Os recursos aplicados no ativo diferido estão registrados ao custo corrigido. Exceção quanto ao valor dos ajustes de investimentos nas controladas NUCLAM e NUCLEN cuja amortização foi iniciada conforme mencionado no item d) acima, e às benfeitorias em bens de terceiros que estão sendo amortizadas em função dos prazos de aluguel dos imóveis ocupados pe

la companhia, todos os demais gastos pré-operacionais terão sua forma de amortização definida quando do início das operações.

**NOTA 2 - MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:**

Como resultado, principalmente, das modificações introduzidas pela Lei das Sociedades por Ações, complementadas pela Instrução nº 1 da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, por força de alterações da legislação tributária estabelecidas pelo Decreto-lei 1.598/77, foram fixados de terminados critérios e práticas contábeis a partir do exercício de 1978 que diferem, em parte, dos que vinham sendo aplicados pela companhia até o exercício anterior. Dessa forma, as demonstrações financeiras do exercício de 1978 não mantêm uniformidade em relação às correspondentes ao exercício de 1977, no que diz respeito aos seguintes aspectos mais relevantes:

. Quanto à forma de apresentação:

a) Os Créditos da União para aumento de capital, que anteriormente eram classificados no Exigível a longo prazo, passaram a ser apresentados como parte do Patrimônio líquido.

b) As receitas decorrentes de prestações de serviços e os custos correspondentes e as receitas e despesas financeiras bem como a provisão para imposto de renda constituíram, no exercício anterior, contas de resultado, e, como tal, constaram de demonstração financeira específica. No exercício de 1978 a companhia decidiu por não apresentar uma demonstração de resultado considerando que a empresa se encontra em fase pré-operacional. Assim sendo, as receitas e despesas, de natureza idêntica às ocorridas em 1977, foram agregadas ao ativo diferido conforme comentado na Nota 1 - Regime de escrituração das transações.

. Quanto aos critérios de reconhecimento dos efeitos inflacionários:

Pelos critérios de correção monetária em vigor até o exercício anterior, o imobilizado e a correspondente depreciação acumulada eram corrigidos mediante a aplicação de índices específicos que atualizavam o ativo imobilizado líquido até o final do ano anterior (ano calendário); as aquisições efetuadas durante o exercício não eram submetidas a correções. Para corrigir essa defasagem de correção monetária, a empresa, ao final do exercício de 1977, contabilizou a correção monetária especial do imobilizado, conforme disciplinado pelo Decreto-lei 1.598/77. Era, também, contabilizada (opção para fins fiscais) uma reserva para manutenção do capital de giro que se baseava na aplicação de índices oficiais, também específicos, sobre a diferença obtida entre o total do patrimônio líquido acrescido das provisões tributáveis, menos o imobilizado líquido. A reserva constituída no exercício anterior foi considerada como encargo atribuível aos resultados, daquele exercício.

Pelos critérios atuais, são submetidos à correção monetária as contas do patrimônio líquido e as contas do ativo permanente, que inclui, além do imobilizado, os investimentos e o diferido. mudança de tratamento contábil redundou em um aumento do diferido e do patrimônio líquido no valor aproximado de Cr\$ 700.000 mil.

. Quanto às práticas contábeis:

Os investimentos em controladas e o relevante em coligada passaram a ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial; como resultado de aplicação desse método foram registrados os seguintes efeitos:

a) Pelos ajustes de investimentos por ocasião do balanço de abertura em 1º de janeiro de 1978:

- Acréscimo do ativo diferido por cerca de Cr\$ 19.236 mil
- Acréscimo ao patrimônio líquido por cerca de Cr\$ 21.319 mil
- Segregação da parcela identificada como ágio, no valor de Cr\$ 109.967 mil

b) Pelos ajustes de investimentos por ocasião do balanço de encerramento em 31 de dezembro de 1978:

- Redução da conta de investimentos e acréscimo do diferido por aproximadamente Cr\$ 25.055 mil.

**NOTA 3 - INVESTIMENTOS**

Participações societárias em controladas e relevante em coligada	635.400
Menos: parcelas a integralizar	<u>135.526</u>
	499.874
Ágio em coligada	149.816
Outras participações	<u>4.783</u>
	<u>654.473</u>

a) Composição dos investimentos em controladas e relevante em coligada:

Controladas e Coligada	% DE PARTI CIPAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.78	CUSTO CORRIGIDO DO INVESTIMENTO	AJUSTE DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	VALOR PATRIMONIAL DO INVESTIMENTO
Nuclebrás Auxiliar de Mineração S.A. - NUCLAM	51	11.667	6.261	(311)	5.950
Nuclebrás Enriquecimento Isotópico S.A. - NUCLEI	75	514.375	366.103	(322)	385.781
Nuclebrás Engenharia S.A. - NUCLEN	75	1.008	5.133	(4.377)	756
Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	75	46.343	38.129	(3.372)	34.757
Nuclebrás de Monazita e Associados Ltda. - NUCLEMON	99,99	72.061	<u>70.722</u>	<u>1.331</u>	<u>72.053</u>
			506.348	(7.051)	499.297
NUSTEP GmbH & Co KG	50	1.152	<u>18.581</u>	<u>(18.004)</u>	<u>577</u>
			<u>524.929</u>	<u>(25.055)</u>	<u>499.874</u>

b) Informações adicionais:

NUCLEBRÁS	NUCLAM	NUCLEI	NUCLEN	NUCLEP	NUCLEMON	NUSTEP
Capital realizado	10.000	413.451	30.000	20.400	50.000	1.152
Número de ações ou quotas possuídas	5.100	310.088	22.500	15.300	49.999	576
Tipo de ações	O.N.	O.N.	O.N.	O.N.	Quotas	Quotas
Lucro (Prejuízo) do exercício	(1)	(1)	(5.402)	(1)	1.784	(1)
Contas a receber	-	-	177	-	2.566	164
Contas a pagar	-	-	-	-	7.698	-
Financiamentos	82.480	42.576	260.319	1.220.215	-	-
Adiantamentos para aumento de capital	25.665	-	15.112	230.245	84.701	184.603
Receitas	21.252	29.319	60.919	291.299	10.146	1.658
Despesas	-	-	-	13.523	-	-

(1) Em fase pré-operacional

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 1978 das controladas e da coligada foram examinadas por auditores independentes.

**NOTA 4 - IMOBILIZADO**

	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES CORRIGIDAS	VALOR LÍQUIDO
Terrenos	255.824	-	255.824
Direitos de Lavra	215	-	215
Edifícios	70.490	11.319	67.171
Máquinas e Equipamentos	60.493	6.784	53.709
Instalações	11.566	2.490	9.076
Veículos	17.559	6.008	11.551
Móveis e Utensílios	<u>37.546</u>	<u>9.297</u>	<u>28.249</u>
	461.693	35.898	425.795
Importações em andamento	5.655	-	5.655
Obras em andamento	420.520	-	420.520
Serviços de passagem	221	-	221
Imobilizações em curso	<u>699.120</u>	-	<u>699.120</u>
	<u>1.587.209</u>	<u>35.898</u>	<u>1.551.311</u>

O valor de Cr\$ 215 mil registrado como "Direitos de Lavra" refere-se a gastos efetuados em 1975 com a pesquisa de areias pesadas localizadas no Município de Barra de Itabapoana (RJ).

Quanto aos direitos de lavra referentes às jazidas de urânio, não foram ainda contabilizados, em razão de não terem sido concluídos os estudos que estão sendo realizados a respeito.

**NOTA 5 - DIFERIDO:**

Gastos com o programa de prospecção e pesquisa de urânio	1.295.284
Gastos com desenvolvimento da jazida de Poços de Caldas	1.124.878
Gastos com obtenção de informações técnicas, consultoria e treinamento	368.852
Juros de empréstimos e financiamentos (menos Cr\$ 181.095 mil de operações ativas)	367.349
Variações monetárias líquidas	549.197
Correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido	(419.044)
Outros gastos (líquidos de receitas) a amortizar (menos Cr\$ 6.552 mil de amortização)	351.142
Beneficentários em bens de terceiros (menos Cr\$ 18.674 mil de amortização)	<u>12.296</u>
	<u>3.649.954</u>

## NOTA 6 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:

	Curto prazo	Longo prazo	Taxa anual de juros e outros encargos	Amortização até
Em moeda nacional				
Para capital fixo				
FINAME - Agência Especial de Financiamento Industrial	33	5.585	6% (1)	1988
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	888 721	11.841 17.426	16%	1984
Para capital de giro				
Banco de Investimentos	1.845.392	-	54,29% (2)	1979
Outros	6.615	349	-	-
	1.852.007	349		
	1.852.728	17.775		
Em moeda estrangeira				
Para capital fixo	228.259	5.590.076	(3)	1990
Para capital de giro	8.020	209.200	(3)	1983
	236.279	5.799.276		
	2.089.007	5.817.051		

(1) Sujeito ainda a correção monetária baseada na variação da ORTN

(2) Taxa média

(3) Taxas que variam entre 6,25% a 7,75% ao ano e, para os casos dos empréstimos em euro moeda, um "spread" entre 1% a 2,125% ao ano acima da "London Interbank Offered Rate" (LIBOR).

Os empréstimos em moeda estrangeira estão garantidos, em sua maior parte, por aval da República Federativa do Brasil.

Os empréstimos da FINAME estão garantidos por alienação fiduciária de equipamentos adquiridos com os recursos do empréstimo. Para os empréstimos da FINEP, a NUCLEBRÁS ofereceu as cotas de imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos que lhe forem destinadas pelo Governo Federal.

Os empréstimos de curto prazo (90 a 120 dias) obtidos junto aos bancos de investimentos nacionais estão garantidos por notas promissórias.

## PARECER DOS AUDITORES

Ilmos. Srs.  
Diretores da  
Empresas Nucleares Brasileiras S.A. - NUCLEBRÁS  
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial da Empresas Nucleares Brasileiras S.A. - NUCLEBRÁS levantado em 31 de dezembro de 1978 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com os padrões de auditoria geralmente aceitos e, consequentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

2. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1977 que estão sendo apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresas Nucleares Brasileiras S.A. - NUCLEBRÁS em 31 de dezembro de 1978, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior, exceto quanto às mudanças nas práticas contábeis mencionadas na Nota 2.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1979

BOUCINHAS, CAMPOS & CLARO S/C LTDA.  
CRC-RJ-S-1.13/70

Sérgio Brihante de Albuquerque  
Contador - CRC-RJ-018.064-2

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Empresas Nucleares Brasileiras S.A. - NUCLEBRÁS, pelos seus membros efetivos NORBERTO DE FRANCO MEDEIROS e ALEXANDRE HENRIQUES LEAL FILHO, e pelo seu suplente ROBERTO GONÇALVES DE TOLEDO, abaixo assinados, em obediência às disposições legais que regem as Sociedades por Ações no País, examinou as Demonstrações Financeiras, bem como as respectivas Notas Explicativas e o Relatório Anual da Diretoria Executiva sobre os negócios da Empresa, referentes ao exercício de 1978.

O Conselho Fiscal da Empresa, tendo recebido da administração todas as informações e esclarecimentos necessários ao desempenho de sua

missão legal e estatutária, é de parecer que as Contas, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas e o Relatório Anual estão em condições de merecer aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1979.

NORBERTO DE FRANCO MEDEIROS

ALEXANDRE HENRIQUES LEAL FILHO

ROBERTO GONÇALVES DE TOLEDO  
(Ofício ESB-010/79)

## TERMOS DE CONTRATO MINISTÉRIO DA FAZENDA

BANCO DO BRASIL S. A.

EXTRATO DE CONVENIO

ESPÉCIE

Termo de convênio celebrado entre a União Federal e o Banco do Brasil S.A.

### RESUMO DO OBJETIVO DO CONVÊNIO

Estabelece normas para a movimentação e aplicação dos recursos do Fundo de Eletrificação Rural de Cooperativas - FUER, de modo a possibilitar a execução do Programa de Eletrificação Rural de Cooperativas, criado pelos Decretos nºs 67.052, de 13.08.70 e 79.897, de 30.06.77.

DATA DE FIRMATURA DO AJUSTE: 21.02.79

PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos.

### REPRESENTARAM AS PARTES:

o Sr. Benedicto de Miranda, Presidente do Grupo Executivo de Eletrificação Rural de Cooperativas - GEER, do Ministério da Agricultura, representando a União Federal;

o Sr. Karlos Rieschbieter, Presidente do Banco do Brasil S.A., e o

Sr. Francisco Oswaldo Neves Dornelles, representando os interesses da Fazenda Nacional, na qualidade de seu Procurador Geral.  
(Nº 2338 - 6-3-79 - Cr\$370,00)

## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

### INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Extrato do Contrato assinado entre o Instituto Brasileiro do Café e a empresa J.M. ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO LTDA - CGC - 18.693.101/0001-50, por instrumento particular datado de 08/02/79.

OBJETO: Obras de construção do imóvel denominado Serviço Local de Cafeicultura do IBC, em Manhumirim - MG -

VALOR: CR\$ 4.693.771,58 (QUATRO MILHÕES, SEISCENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, SETECENTOS E SETENTA E UM CRUZEIROS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS)

PRAZO: 240 (DUZENTOS E QUARENTA) dias úteis

RECURSOS: PROGRAMA: 11.07.025.1575  
ELEMENTO DE DESPESA: 044.112.000.009  
EMPENHO: MG nº 01186-0  
PROCESSO: DECAF 049/78  
(Ofício Nº 245/79 - Ag. Nac.)

## MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Espécie: Convênio CNEN-DEP nº 01-  
de 1978.

Processo nº 105.542-78.

Partes: Comissão Nacional de Energia Nuclear e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Objeto: Celebrado de acordo com o disposto na Lei nº 4.118-62 e Lei número 6.189-74.

Valor: Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Crédito: Recursos Financeiros à conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - Exposição de Motivos nº 239, de 21.7.78.

Prazo: Exercício Financeiro de 1978-1979.

(Of. nº 237-79 - Ag. Nacional)

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/79

Contratante: COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN  
 Contratada: ELETROPROJETOS S.A., ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA.

Objeto: Prestação de Serviços de Assessoria Técnica nuclear e transferência de tecnologia nos campos da análise sísmica, análise micrometeorológica, análise de tensões, testes pré-operacionais e licenciamento.

Licitação: Dispensada a licitação nos termos do art. 126, § 2º, alínea d, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, conforme autorização do Senhor Presidente da CNEN por despacho datado de 30.01.79.

Dotação Orçamentária: Recursos à conta das verbas do FNEN e Programa de Segurança e Radioproteção - Sub-programa de segurança de Instalações - 09104562.172 -3.1.3.2, e, nos exercícios futuros, à conta das dotações orçamentárias próprias para atender às despesas da mesma natureza.

Nota de Empenho: Notas de empenho por estimativa de números 01/79 e 195/79.

Valor: Valor global do presente contrato é estimado em CR\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil cruzeiros).

Vigência: Prazo de um (1) ano, com início em 01.02.79 e término em 01.02.80.

Assinaturas: Professor Hervásio Guimarães de Carvalho

Jacques Louis Mercier

Jürg Roth

Testemunhas: - Marinete de Almeida Rodrigues  
 Jurema Aparecida da Silva

Observação: O presente Extrato foi elaborado de conformidade com o Decreto nº 78.382, de 8 de setembro de 1976.  
 (Ofício Nº 237/79 - Ag. Nac.)

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

## SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/79

ESPÉCIE - Contrato de Prestação de Serviços Técnicos que entre si celebram a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, e a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás.

OBJETO - Objetiva unirem seus esforços para as ações necessárias ao acompanhamento e controle dos projetos executivos referentes aos Programas Especiais de Desenvolvimento dos Cerrados POLOCENTRO, do Programa de Polos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, e Programa

Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília - GEOECONÔMICA.

CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA - Correrá por conta do Projeto "APOIO LOGÍSTICO" dos Programas Especiais.

VALOR - Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

PRAZO - 12 (doze) meses a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado pelas partes, desde que os Programas Especiais tenham continuidade e seja do interesse das partes contratantes.

(EMP. Nº 21/79)

MINISTÉRIO  
DA PREVIDÊNCIA E  
ASSISTÊNCIA SOCIALSISTEMA NACIONAL DA  
PREVIDÊNCIA SOCIALInstituto Nacional de Assistência  
Médica da Previdência SocialSuperintendência Regional  
no Rio Grande do Sul

## Secretaria de Administração

DEPARTAMENTO REGIONAL DE  
MATERIAL E SERVIÇOS GERAIS

Resumo do contrato de locação de imóvel ocupado pelo INAMPS em Vacaria - RS

Processo: 19-000-223.411-75 - DG ... 2.551.020-77

Objeto do Contrato: imóvel sito na Travessa Gen. Lima nº 43, em Vacaria - RS, com área de 495,00 m<sup>2</sup>, de propriedade de Francisca Boeira Saadi, inventariante do espólio de Elias Fued Saadi.

Prazo: 2 (dois) anos, a iniciar-se em 06 de novembro de 1978 e a terminar em 06 de novembro de 1980.

Aluguel Mensal: Cr\$ 28.491,32 (vinte e oito mil quatrocentos e noventa e um cruzeiros e trinta e dois centavos), reajustado de 12 em 12 meses, segundo os índices de correção de aluguéis, divulgados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, acrescido de impostos e taxas remuneratórias de serviços de água, esgoto, luz e lixo incidentes sobre o imóvel.

Of. 12 - AN.

REF.: PROC. INAMPS  
Nº 17-0-401.549-78

Contrato assinado entre o Instituto Nacional de Assistência Médica da Pre-

vidência Social - INAMPS e a firma B. Herzog Comércio e Indústria S. A.  
 Data: 13 de outubro de 1978.  
 Espécie: Fornecimento de Material.  
 Objeto do Contrato: Fornecimento de material médico hospitalar, destinado a diversos setores da SRRJ.  
 Modalidade da Licitação: Tomada de Preços nº 51-78.  
 Crédito Orçamentário: Atividade ..... 2005-5132.  
 Empenho: Rubrica 312-14; Nota de Empenho nº 148-78.  
 Valor do Contrato: Cr\$ 4.727.670,00 (quatro milhões, setecentos e vinte e sete mil, seiscentos e setenta cruzeiros).  
 Prazo: 12 (doze) meses.  
 Of. 235 - AN.  
 R.f.: Proc. INAMPS Nº 317.000-12.289 de 1978  
 Contrato assinado entre o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS e a firma Conseradora "Real" e Serviços Gerais Limitada.  
 Data: 20 de fevereiro de 1979.  
 Espécie: Execução de Serviços.  
 Objeto do Contrato: Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem para o Sanatório Alcides Carneiro, Correias, Petrópolis-RJ.  
 Modalidade da Licitação: Tomada de Preços nº 80-78.  
 Crédito Orçamentário: Atividade .... 2005-5134  
 Empenho: Rubrica 313-15; Nota de Empenho nº 06-79  
 Valor do Contrato: Cr\$ 5.940.000,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta mil cruzeiros).  
 Prazo: 12 (doze) meses.  
 Of. 236 - AN.  
 Republicação do extrato do Contrato nº 336/78, por ter saído com incorreção. Extrato do Contrato nº 336/78. Processo número 3.018.968 de 27.9.78. Concorrência nº 112/78. Na forma da decisão exarada às fls. 75 do processo em referência, foi firmado em 10.1.79 o Contrato nº 336/78, entre o INAMPS e a firma E.FREITAS & CIA LTDA., para aquisição de refrigeradores tipo FREEZER, destinados a diversas Superintendências, pelo prazo de 90 (noventa) dias úteis, tendo sido emitida a Nota de Empenho nº 413.01.2006.0032/21 no valor de Cr\$ 3.741.120,00 (três milhões, setecentos e quarenta e um mil, cento e vinte cruzeiros) para cobertura total das despesas do contrato.  
 (Ofício Nº 234/79 - Ag. Nac.)

## Instituto de Administração Financeira de Previdência e Assistência Social - IAPAS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE SERVIDORES DE Nº 003

DE 26.06.78, FIRMADO ENTRE O INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IAPAS E A SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA-TCB

**OBJETO** - Prestação de serviços de transportes de servidores.

**PRAZO DE VIGÊNCIA** - O prazo de vigência do presente termo aditivo é o mesmo do contrato nº 003/78, que é de 12(doze) meses a contar de 03 de julho de 1978.

**VALOR ESTIMADO PARA PAGAMENTO DOS SERVIÇOS** - O valor estimado para pagamento dos serviços no período de fevereiro a junho do corrente ano é de Cr\$ 522.779,76 (quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e setenta e nove cruzeiros e setenta e seis centavos).

**ELEMENTO DE DESPESA** - A despesa com a execução do presente contrato correrá a conta da atividade 2001/9112, Elemento 313 - Serviços de Terceiros, Subelemento 12, conforme empenho.

**DESPESA COM A PUBLICAÇÃO** - A despesa com a publicação será por conta desta Sociedade.

**DAS ASSINATURAS DAS PARTES** - Pelo IAPAS Dr. ARNALDO PINTO LIMA - Gerente Regional - Pela TCB Engº DALMO PIMENTEL DOS SANTOS - Diretor Superintendente: (EMP. Nº 59/79)

# EDITAIS E AVISOS

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

### BANCO CENTRAL DO BRASIL

#### Diretoria de Administração

#### Departamento de Administração de Recursos Materiais

##### COMUNICADO DEMAP Nº 282

O BANCO CENTRAL DO BRASIL comunica que fará realizar a TOMADA DE PREÇOS DEMAP Nº 79/06, cujo EDITAL assim se resume:

**OBJETO:** Execução, sob regime de empreitada por preço global, de serviços de adaptação de imóvel.

**DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:** Serão recebidas no dia 30.03.79, às 10:00 horas, na sobreloja do Edifício Palácio da Agricultura, Setor Bancário Norte, Brasília (DF).

**HABILITAÇÃO:** As firmas interessadas poderão inscrever-se no Serviço de Registro de Fornecedores do Banco Central até o dia 23.03.79.

**CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** Diariamente, das 14:00 às 17:00 horas, no seguinte endereço:

- SBN, Edifício Engenheiro Paulo Maurício Sampaio, sobreloja, Brasília (DF).  
Brasília (DF), 05 de março de 1979.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

##### COMUNICADO DEMAP Nº 283

O BANCO CENTRAL DO BRASIL comunica que fará realizar a TOMADA DE PREÇOS DEMAP Nº 79/07, cujo EDITAL assim se resume:

**OBJETO:** Fornecimento e instalação de alambrado e gradis.

**DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:** Serão recebidas no dia 03.04.79, às 10:00 horas, na sobreloja do Edifício Palácio da Agricultura, Setor Bancário Norte, Brasília (DF).

**HABILITAÇÃO:** As firmas interessadas poderão inscrever-se no Serviço de Registro de Fornecedores do Banco Central até o dia 26.03.79.

**CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES:** Diariamente, das 14:00 às 17:00 horas, no seguinte endereço:

- SBN, Edifício Engenheiro Paulo Maurício Sampaio, sobreloja, Brasília (DF).

Brasília (DF), 05 de março de 1979.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

## BANCO CENTRAL DO BRASIL

### Taxas de Câmbio

COTACÕES EM CRUZEIROS POR UNIDADE

Boletim N.º 035 Data: 19.02.79

MOEDAS	A/V COMPRA	A/V VENDA
Dólar dos Estados Unidos	22,110	22,250
Dólares-Convênio	22,110	22,250
Libra Esterlina	NOMINAL	NOMINAL
Marco Alemão	NOMINAL	NOMINAL
Florim Holandês	NOMINAL	NOMINAL
Franco Suíço	NOMINAL	NOMINAL
Lira Italiana	NOMINAL	NOMINAL
Franco Belga	NOMINAL	NOMINAL
Franco Francês	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Sueca	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Dinamarquesa	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Norueguesa	NOMINAL	NOMINAL
Xelim Austríaco	NOMINAL	NOMINAL
Escudo Português	NOMINAL	NOMINAL
Peseta Espanhola	NOMINAL	NOMINAL
Dólar Canadense	NOMINAL	NOMINAL
Ien Japonês	NOMINAL	NOMINAL
Peso Argentino	NOMINAL	NOMINAL
Novo Peso Uruguaio	NOMINAL	NOMINAL

Boletim N.º 036 Data: 20.02.79

MOEDAS	A/V COMPRA	A/V VENDA
Dólar dos Estados Unidos	22,110	22,250
Dólares-Convênio	22,110	22,250
Libra Esterlina	NOMINAL	NOMINAL
Marco Alemão	NOMINAL	NOMINAL
Florim Holandês	NOMINAL	NOMINAL
Franco Suíço	NOMINAL	NOMINAL
Lira Italiana	NOMINAL	NOMINAL
Franco Belga	NOMINAL	NOMINAL
Franco Francês	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Sueca	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Dinamarquesa	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Norueguesa	NOMINAL	NOMINAL
Xelim Austríaco	NOMINAL	NOMINAL
Escudo Português	NOMINAL	NOMINAL
Peseta Espanhola	NOMINAL	NOMINAL
Dólar Canadense	NOMINAL	NOMINAL
Ien Japonês	NOMINAL	NOMINAL
Peso Argentino	NOMINAL	NOMINAL
Novo Peso Uruguaio	NOMINAL	NOMINAL

Boletim N.º 037 Data: 21.02.79

MOEDAS	A/V COMPRA	A/V VENDA
Dólar dos Estados Unidos	22,110	22,250
Dólares-Convênio	22,110	22,250
Libra Esterlina	NOMINAL	NOMINAL
Marco Alemão	NOMINAL	NOMINAL
Florim Holandês	NOMINAL	NOMINAL
Franco Suíço	NOMINAL	NOMINAL
Lira Italiana	NOMINAL	NOMINAL
Franco Belga	NOMINAL	NOMINAL

MOEDAS	A/V COMPRA	A/V VENDA
Franco Francês	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Sueca	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Dinamarquesa	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Norueguesa	NOMINAL	NOMINAL
Xelim Austríaco	NOMINAL	NOMINAL
Escudo Português	NOMINAL	NOMINAL
Peseta Espanhola	NOMINAL	NOMINAL
Dólar Canadense	NOMINAL	NOMINAL
Ien Japonês	NOMINAL	NOMINAL
Peso Argentino	NOMINAL	NOMINAL
Novo Peso Uruguaio	NOMINAL	NOMINAL

Boletim N.º 038 Data: 22.02.79

MOEDAS	A/V COMPRA	A/V VENDA
Dólar dos Estados Unidos	22,110	22,250
Dólares-Convênio	22,110	22,250
Libra Esterlina	NOMINAL	NOMINAL
Marco Alemão	NOMINAL	NOMINAL
Florim Holandês	NOMINAL	NOMINAL
Franco Suíço	NOMINAL	NOMINAL
Lira Italiana	NOMINAL	NOMINAL
Franco Belga	NOMINAL	NOMINAL
Franco Francês	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Sueca	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Dinamarquesa	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Norueguesa	NOMINAL	NOMINAL
Xelim Austríaco	NOMINAL	NOMINAL
Escudo Português	NOMINAL	NOMINAL
Peseta Espanhola	NOMINAL	NOMINAL
Dólar Canadense	NOMINAL	NOMINAL
Ien Japonês	NOMINAL	NOMINAL
Peso Argentino	NOMINAL	NOMINAL
Novo Peso Uruguaio	NOMINAL	NOMINAL

Boletim N.º 039 Data: 23.02.79

MOEDAS	A/V COMPRA	A/V VENDA
Dólar dos Estados Unidos	22,110	22,250
Dólares-Convênio	22,110	22,250
Libra Esterlina	NOMINAL	NOMINAL
Marco Alemão	NOMINAL	NOMINAL
Florim Holandês	NOMINAL	NOMINAL
Franco Suíço	NOMINAL	NOMINAL
Lira Italiana	NOMINAL	NOMINAL
Franco Belga	NOMINAL	NOMINAL
Franco Francês	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Sueca	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Dinamarquesa	NOMINAL	NOMINAL
Coroa Norueguesa	NOMINAL	NOMINAL
Xelim Austríaco	NOMINAL	NOMINAL
Escudo Português	NOMINAL	NOMINAL
Peseta Espanhola	NOMINAL	NOMINAL
Dólar Canadense	NOMINAL	NOMINAL
Ien Japonês	NOMINAL	NOMINAL
Peso Argentino	NOMINAL	NOMINAL
Novo Peso Uruguaio	NOMINAL	NOMINAL

## MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

### REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A.

#### AVISO DE EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA VENDA DO

ACERVO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA

-MAMORÉ - TERRITÓRIO DE RONDÔNIA.

A REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A., torna público, pa

ra conhecimento dos interessados, que fará realizar as quinze (15)

horas do dia cinco (5) de abril de 1979, no Rio de Janeiro/RJ, Praça Duque de Caxias nº 86, 3º andar, Sala de Reunião da Diretoria de Material, CONCORRÊNCIA PÚBLICA, para venda do acervo da antiga Estação de Ferro Madeira-Mamoré, no Território de Rondônia, já erradicada constituído de: 315 quilômetros de linha inclusive desvios, bitola de 1,00 metro, trilho tipo TR-25 de fabricação Francesa e respectivos acessórios de fixação, estimado em 16.100 toneladas (peso nominal) e aproximadamente 1.540 toneladas de material rodante (locomotivas a vapor, vagões diversos tipos, autos de linha etc.).

Os interessados poderão obter o EDITAL DE VENDA, — planta da situação da linha, relações dos materiais e informações, no endereço acima mencionado, Sala 303, Telefone (021) 243.7384 e 243.2065, e em Porto Velho, Território de Rondônia, Av. Rogério Weber, Quinto Batalhão de Engenharia e Construção (5º BEC), com o Capitão Engº GUILHERME DA SILVA FILHO, telefone: (069) 221.3438, nos dias úteis, no horário de 14 às 16:00 horas.

Rio de Janeiro, 01 de março de 1979

OSÉ ALBERTO KUSTER  
Diretor de Material

### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO S. A.

CGC 33.618.810/0001-65

#### ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

##### CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. a participarem da Assembléia Geral Extraordinária que, em primeira convocação, será realizada no auditório de sua sede social, localizado no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco C, 4º andar (Edifício Palácio do Desenvolvimento), Brasília, Distrito Federal, às 15h do dia 19.03.79, com a seguinte finalidade:

- apreciar renúncia de Diretores;
- eleger Diretores para os cargos resultantes de renúncia;
- eleger Diretor para preenchimento de cargo vago.

Brasília-DF., 08 de março de 1979

MARCOS RAFAEL PESSOA DUARTE  
Diretor-Presidente  
DIAS: 9-12-13/3/79

### MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

#### EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

CGC/MF. 00352294/0001

#### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os acionistas da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e em Assembléia Geral Extraordinária, instrumentadas em sessão única, a serem realizadas no dia dezesseis de março de 1979, às dez horas, em sua sede social, no Setor Comercial Sul, Edifício Chams, 6º andar, na cidade de Brasília-DF, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1 - Assembléia Geral Ordinária:
  - a) Exame do Relatório da Diretoria e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 1978, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores e do Conselho Fiscal;
  - b) Destinação do lucro líquido do exercício;
  - c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, fixando-lhes a respectiva remuneração;
  - d) Deliberação sobre a correção da expressão monetária do capital social e conseqüente aumento de capital;
  - e) Outros assuntos de interesse social, relacionados com as alíneas anteriores.
- 2 - Assembléia Geral Extraordinária:
  - a) Eleição do Presidente e de membros da Diretoria;
  - b) Deliberação sobre os honorários da Diretoria; e
  - c) Outros assuntos de interesse social, relacionados com as alíneas anteriores.

Brasília - DF, 05 de março de 1979

MARCIO MONTEIRO MACHADO  
Vice-Presidente

No exercício interino da Presidência  
(DIAS, 8-9 e 12/3/79)  
(Ofício de 5/3/79)

## SEGURANÇA NACIONAL

Lei n.º 6.620 — 17.12.1978

DIVULGAÇÃO N.º 1.3308

Preço: Cr\$ 10,00

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Avenida Rodrigues Alves, 1

Posto de Venda I: Ministério da Fazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3º pavimento  
Corredor D — Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na sede do D.I.N.

## ÍNDICE

DA

Revista Trimestral de Jurisprudência

DO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Volumes 73 a 82

(julho de 1975 a dezembro de 1977)

PREÇO: Cr\$ 100,00

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda — Sede: Av. Rodrigues Alves, nº 1

Posto de Venda I: Ministério da Fazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3º pavimento  
Corredor D — Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na sede do D.I.N.